

SO.28.04.2010

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE
DOIS MIL E DEZ. ***

____ Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, pelas nove horas e vinte minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos.***

- ____ **ORDEM DE TRABALHOS:** ***
- ____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**
- ____ 1.- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 30.12.2010 E 24.02.2010;
- ____ 2.- ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.
- ____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**
- ____ 1 - INFORMAÇÃO SOBRE ACTIVIDADE MUNICIPAL;
- ____ 2 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009;
- ____ 3 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010.
- ____ - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010;
- ____ - AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS;
- ____ - MAPA DE PESSOAL;
- ____ - ORÇAMENTO PARA 2010;
- ____ 4 - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.
- ____ 5 - POSTURAS REGULAMENTARES DE TRÂNSITO. ACTIVAÇÃO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO MUNICIPAL;
- ____ 6 - FEIRA DE CASTELO DE PAIVA. NOVO REGULAMENTO. PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO.
- ____ **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

____ Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa Alfredo José Fernandes Gonçalves; Alfredo Trindade da Rocha; António Costa e Cunha; António Filipe Moura Fernandes; António Gouveia Coelho, Artur José Freitas de Sousa; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Daniel António Correia Mendes Rocha; Gina Maria Moreira, Giselda Martins Sousa Neves; João Pedro Nogueira Costa Campos; Joaquim Luís Vieira Martins; Jorge Humberto Castro Rocha Quintas; José António da Costa Moreira da Rocha; José António Santos Vilela; José António Silva Rocha, José Vieira Gonçalves; José Vieira Pinto; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel António Rocha Pereira; Manuel Duarte Mendes; Martinho Moreira Bernardes, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro; Maria da Graça Soares de Sousa; Cátia Cristina Rodrigues Gomes, João Vitorino Martins Almeida Moreira e Manuel da Silva Moreira.***

____ Verificou-se a ausência da Câmara Municipal, Presidente e Vereadores que só compareceram após o Ponto 1 do Período da Ordem do Dia.

____ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que na sessão de hoje havia uma alteração à ordem de trabalhos. O ponto 2 DOCUMENTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009, era retirado desta sessão. Iria haver uma nova sessão desta Assembleia no próximo dia 5 de Maio, porque os documentos chegaram atrasados a alguns membros, e outros ainda não os tinham em sua posse. O Ponto 4. SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, era retirado definitivamente a pedido do Senhor Presidente da Câmara. O Ponto 6. FEIRA DE CASTELO DE PAIVA NOVO REGULAMENTO. PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO, estava naquele momento a ser discutido em reunião de Câmara Municipal, e só depois viria a esta sessão, poderia ser hoje ou na próxima sessão. Na sessão de hoje ficavamos com a “APROVAÇÃO DAS ACTAS”; “ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO”; “INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA”; “GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010”; e “POSTURAS REGULAMENTARES DE TRÂNSITO. ACTIVAÇÃO DA

COMISSÃO DE TRÂNSITO MUNICIPAL". O Ponto 5. passaria para primeiro lugar, faríamos um intervalo de modo a que o executivo camarário pudesse discutir e aprovar os documentos que estavam em apreciação na Câmara na sala ao lado.

____ Pediram a Suspensão de mandato os Membros: Maria de Lurdes de Bessa Sousa, e António Pedro Maldonado Martins Carvalho. ***

____ Presentes os seguintes requerimentos dos membros: ***

____ Maria de Lurdes de Bessa Sousa no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais pelo período de 5 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Cátia Cristina Rodrigues Gomes; ***

____ António Pedro Maldonado Martins Carvalho no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos familiares inadiáveis pelo período de 5 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins Almeida Moreira; ***

____ Foi recebida correspondência da Madeira em resposta de agradecimento ao voto de pesar que esta Assembleia Municipal expressou, do Senhor Presidente do Governo Regional, do Representante da República na Madeira dos Senhores Presidentes das Câmaras do Funchal, e da Ribeira Brava. Do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro Ministro em resposta à Moção que foi aprovada nesta Assembleia, e informou que foi prestada a devida atenção ao voto de protesto e reclamação aprovado pelos membros do PSD, PS e CDS, na sessão ordinária da sessão Municipal no passado dia 24 de Fevereiro; Da Banda Marcial de Bairros que convida todos os membros da Assembleia Municipal a participar nas comemorações dos seus 200 anos no próximo dia 5 de Junho de 2010 no Largo de S. Lourenço em Bairros, haverá um concerto das Bandas de Fornos, do Pejão e de Bairros, a cerimónia dos 200 anos com jantar volante e actuação de diversos Grupos associativos e culturais da freguesia; O Presidente do Conselho de Administração do

Centro Hospitalar do Vale do Sousa enviou uma carta de cumprimentos de despedida e agradecimento através do Presidente da Assembleia Municipal.

1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 30.12.2009 e 24.02.2010. ***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 30.12.2009. de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a referida acta. ***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 24.02.2010 de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por maioria com quatro abstenções e vinte e seis votos a favor aprovar a referida acta, com as alterações propostas. ***

PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

1 - POSTURAS REGULAMENTARES DE TRÂNSITO. ACTIVAÇÃO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO MUNICIPAL;***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que havia uma Comissão de Trânsito para avaliar as propostas nomeadamente dos autarcas das freguesias e do executivo camarário, para alteração das posturas de trânsito, e que esta Comissão deveria ser reactivada. Foi uma proposta directa que fez o membro Senhor José Vieira Gonçalves que chamou a atenção para alguns problemas existentes no baixo Concelho. Relembrou que esta Comissão de Trânsito era composta pelo Presidente da Junta de Freguesia a que respeitasse a Postura de Trânsito em questão, pelos representantes dos Grupos Municipais, do PSD Senhor João Fernando Barbosa Dias e do PS Senhor José Vieira Gonçalves, um jurista Dr. Adão Santos, e o Engº Aires Nery Esteves, ambos da Câmara Municipal, e indicados pela mesma, e o Comandante da GNR de Castelo de Paiva, que pediu escusa porque o Comando de Oliveira de Azeméis não autorizou a sua participação. Colocou à consideração da Assembleia se pretendiam manter este modelo ou não, uma vez que neste momento há um membro do CDS.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos que referiu que não via inconveniente em manter o membro que está designado que é Senhor José Vieira Gonçalves. Salientou que era da competência da Assembleia escolher dois membros, e quanto à Câmara decidiria se mantinha os mesmos que estavam ou não. ***

____ Usou da Palavra o Membro Prof. Daniel Rocha que referiu que também não via inconveniente de poder haver continuidade dos membros, e que designavam o Senhor João Dias. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa questionou novamente quanto à sugestão do representante do CDS Dr. Rocha Pereira participar nesta Comissão. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que era importante que se activasse esta Comissão, mas que não fazia questão de pertencer à mesma, por entender que as pessoas que a compõem irão ter um bom desempenho, e por ter falta de tempo. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade reactivar a Comissão Municipal de Trânsito, composta pelo representante do PSD, Senhor Fernando Barbosa Dias, e pelo representante do PS Senhor José Vieira Gonçalves, e solicitar à Câmara Municipal a indicação dos dois restantes representantes. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos e propôs um intervalo de meia hora para dar tempo a que a Câmara terminasse a reunião, e que continuariam os trabalhos pelas 10.15h. ***

____ Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa esclareceu que propôs ao Executivo que suspendessem a reunião, para se discutir o Orçamento de 2010, e que depois poderiam retomá-la normalmente. Foi-lhe respondido através do Senhor Presidente da Câmara que a reunião estava quase a terminar. ***

____ O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real interveio para dizer que era uma falta de respeito o que estava a acontecer e que uma vez que foram adiados alguns pontos da Ordem de Trabalhos propôs que fossem adiados todos os pontos. ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho que concordou com o facto de a Câmara não estar a respeitar a Assembleia Municipal e que se deveria insistir para que regressassem à sala, pelo menos o

Presidente da Câmara, porque já não havia justificação para se estar à espera. Mas não fazia sentido suspender-se a sessão, porque as Juntas de Freguesia estarão à espera da aprovação do Plano de Actividades. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira referindo que era lamentável o que estava a acontecer, que era previsível que esta situação viesse a suceder e que a Câmara nada fez para o impedir. Que deveria haver colaboração e cooperação entre os dois órgãos e que da parte da Assembleia estávamos a colaborar, esperando. Disse ainda que se deveria solicitar à Mesa para que apurasse junto da Câmara de quanto e quando demoraria a estar aqui presente. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que há mais ou menos quinze a vinte minutos foi perguntar ao Senhor Presidente da Câmara quanto calculava que demorava, ao que o mesmo lhe respondeu que era rápido, mas foi novamente colocar a questão ao Executivo. ***

____ Regressou à sala o Senhor Presidente da Mesa que informou que tinha transmitido a exigência desta Assembleia ao Executivo, e que este lhe respondeu que estava quase a terminar e solicitou que aguardassem um pouco mais de tempo. ***

____ Depois de se verificar a presença do Executivo na sala o Senhor Presidente da Mesa reiniciou os trabalhos. ***

____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. E APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.***

____ Presente o ofício de 21 de Abril de 2010, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 21 de Abril de 2010, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 2.866.052,13 (dois milhões oitocentos e sessenta e seis mil cinquenta e dois euros e treze centimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 20/04/2010, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.582.795,39 (um milhão quinhentos e oitenta e dois mil setecentos e noventa e cinco euros e trinta e nove centimos), sendo estes

documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real que lamentou uma vez mais o atraso verificado por parte do Executivo. Solicitou informação sobre o transporte de doentes que foi prometido durante a campanha eleitoral, uma vez que tinha de responder às pessoas logo a seguir à sessão da Assembleia. Questionou sobre o saneamento em geral para a freguesia de Real e concretamente para o Vale da Mota por se encontrar a escorrer pela Estrada Nacional. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que lhe fizesse o ponto de situação da nova Escola de Real. Agradeceu a recente beneficiação que foi feita no Caminho de Celeirós, mas como a colocação de tout-venant não é uma solução de futuro perguntou se haveria previsões de num curto prazo de tempo aquele caminho ser pavimentado.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos para lamentar também o atraso verificado por parte do executivo e que numa próxima oportunidade haja uma maior colaboração entre os dois órgãos. Solicitou informação sobre a questão das transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, e para as Associações. Solicitou igual informação da dívida à Associação de Municípios de Vale do Sousa; Da questão do CACE, e da questão da Saúde para Castelo de Paiva. ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Rocha Pereira para se referir ao atraso verificado por parte do Executivo e desejou que de futuro não se repetisse, porque não dignificaria os órgãos autárquicos. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o que se passava em concreto em relação à situação dos trabalhadores da empresa que se encontrava em processo de insolvência, e se confirmava que estaria iminente a entrada dos processos de insolvência das empresas Ilpe Ibérica e Glovar. Referiu-se ao processo dos terrenos da Feira, sobre a decisão do Tribunal da Relação do Porto, congratulando-se com a absolvição do cidadão Paulo Teixeira. Que a ocupação dos terrenos em causa por parte da Câmara Municipal, coincidiu com a data do acórdão parecendo uma provocação e era perfeitamente evitável. Exigiu como munícipe e autarca que a Câmara defendesse o seu Património, e que como deveria dar o exemplo de pessoa de bem, deveria suspender a obra na parte do

terreno em litígio, recorrer aos tribunais civis, e obter sentença que fixe de uma vez por todas, qual o terreno que o município é proprietário e dirimir definitivamente o caso. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho para questionar sobre a situação em que se encontra a Pré-escola de S. Martinho; Solicitou à Câmara que realizasse umas pequenas obras que poderiam ser feitas por administração directa da Câmara, que era a ligação do caminho de Varziela ao Cruito; O corte do Caminho do Mirante de ligação a Montouro; A pavimentação do caminho que vai de Aviais a Regadinhas; Caminho de Picotas à Fazenda, disse que a empreitada já estava entregue ao empreiteiro, mas a obra estava parada por falta de um muro que não estava previsto. Perguntou se ia avançar a construção de muro por administração directa ou se era o empreiteiro que iria terminar essa obra. Solicitou também a colocação de iluminação pública, no Caminho da Arnela, da Varziela ao fundo de Arnela, Rodelo a Covas de Cima, o Caminho que liga o Scôvo ao Cabril, e Caminho da Cerca que liga S. Martinho ao Areal à freguesia vizinha, no alto de Vale Truito. Solicitou também que o Senhor Presidente da Câmara o informasse em que situação se encontrava o saneamento básico.***

____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas que lamentou o atraso verificado e que não significava nada esta Assembleia. Congratulou-se com o Projecto de Limpar Portugal com a acção que a Câmara teve nesta iniciativa que envolveu muitos jovens da nossa terra e perguntou se vai haver continuação por parte do executivo desta actividade. Referiu também que foi eleito para uma Comissão de Acompanhamento de Saneamento e informou que até agora essa Comissão ainda não funcionou, não reuniu ainda, não fez nada pelo que solicitou que se marcasse uma reunião para começar a tratar desse assunto. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura que lamentou também a situação do atraso que não significa muito esta Assembleia. Apresentou algumas questões ao Executivo, sobre a sinalização do Nó do Tapado. Disse que já tinha havido troca de correspondência e gostaria de saber se já houve algum desenvolvimento. Outra questão que colocou foi sobre uma conduta de água que vai servir três moradores, e como teve conhecimento que colocaram o tubo

gostaria de saber porque não foi feita a ligação. Questionou também sobre o atraso de quatro meses no pagamento dos transportes escolares, e que se torna incomportável as despesas suportadas pela Junta de Freguesia. Questionou ainda sobre a vedação da Cruz da Carreira, uma vez que houve troca de correspondência, não teve resposta por parte do Executivo, e gostaria de saber se a ocupação do referido terreno teve autorização da Câmara Municipal. ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Fátima Strecht para felicitar a Câmara Municipal pelas iniciativas no dia 25 de Abril, concretamente a realização de uma tertúlia. Felicitou também o pelouro do Desporto e Cultura pela publicação da Agenda Cultural. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, que solicitou informação sobre o Cais do Castelo e toda a sua zona envolvente, assim como ao bar e à piscina daquela zona. ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho, para lamentar também a espera a que o Executivo obrigou a Assembleia Municipal. E que dado o adiantado da hora discutiria e apreciaria apenas o Plano de Actividades e Orçamento para 2010 e não outras matérias. ***

____ Usou da palavra o Membro Maria da Graça Sousa para questionar sobre a situação em que se encontra a questão do IC35, e chamou também a atenção sobre a assistência técnica no Parque informático das escolas do primeiro ciclo.

____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha que referiu que o PSD congratulou-se com a absolvição do Dr. Paulo Teixeira, e solicitou à Mesa que transcrevesse na íntegra a Declaração Política do PSD. ***

____ A Mesa aceitou a posição política apresentada pelo PSD e que se transcreve na íntegra: “*DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ORDINÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2009. - Finalmente, ao fim de cerca de 10 anos, fez-se justiça. O Dr. Paulo Teixeira foi absolvido das acusações e que foi alvo por parte de membros do Partido Socialista, acerca dos famosos terrenos da feira. Finalmente, o Tribunal da Relação do Porto, no dia 7 de Abril passado, através de Acórdão, confirmou a absolvição do Dr. Paulo Teixeira, pelo Tribunal de Castelo de Paiva. Foi um dia de grande alegria para o Dr. Paulo Teixeira, para a sua família, para*

os seus amigos e para o PSD, que sempre nele confiaram. Politicamente, o PSD, no dia 27 de Novembro de 2006, fez nesta Assembleia uma declaração política que no essencial, permanece actual e que vou relembrar: “Esta questão, venda dos terrenos da feira, já foi discutida numa Assembleia Municipal extraordinária realizada no dia 28 de Junho de 2000 e em pelo menos mais seis Assembleias Municipais, no período de antes da ordem do dia. Hoje é, portanto a oitava ou nona vez que o Partido Socialista quer discutir este assunto em Assembleias Municipais. E não é por tantas vezes se repetir uma mentira que ela se torna verdade, por muito que custe ao Partido Socialista. O objectivo do Partido Socialista é somente político e percebe-se porquê: Pressionar a opinião pública e os Tribunais através da imprensa, para uma questão que já tem 6 anos, que foi arquivada pelo Ministério Público em 2000 e foi retirada dos arquivos e que tem julgamento marcado para Janeiro apesar de recurso em apreciação. E tanto assim é que a imprensa já tinha publicado e anunciado a convocatória da Assembleia Municipal antes da mesma ter chegado às mãos da Mesa da Assembleia Municipal. E foi através da Imprensa que a Mesa da Assembleia teve conhecimento desta convocatória. O festival de notícias na imprensa foi uma constante nestes dias que precederam esta Assembleia Municipal, inclusive com correio electrónico enviado para os Deputados, na Assembleia da República. O Partido Socialista, como já vem sendo hábito, quer mais uma vez substituir os Tribunais e fazer um julgamento público com chicana política à mistura. O Partido Socialista já averiguou os factos, analisou os documentos, já acusou, julgou e finalmente condenou. O Partido Socialista deve estar convencido de que está nalgum país subdesenvolvido e não democrático do terceiro mundo onde são normais os julgamentos populares na praça pública. Felizmente estamos num País livre e democrático, onde qualquer cidadão se presume inocente até a decisão dos Tribunais transitar em julgado. Nós, no PSD de Castelo de Paiva. Confiamos nos Tribunais e aguardamos serenamente a sua decisão. Como acima dissemos e agora repetimos o objectivo do Partido Socialista é meramente político: Pressionar a

opinião pública e os Tribunais através da imprensa, para uma questão que já tem 6 anos, que foi arquivada pelo Ministério Público em 2000, foi retirada dos arquivos mais tarde e tem julgamento marcado para Janeiro apesar de recurso em apreciação. Nós confiamos nos Tribunais e aguardamos serenamente a sua decisão. Para nós basta! O Partido Socialista não pode contar connosco para fazer chicana política. Há questões graves que afectam o nosso concelho e os Paivenses. Esperávamos que o Partido Socialista viesse juntar-se a nós na defesa do bem-estar dos nossos concidadãos, lutando contra as medidas do Governo que ferem as mais elementares regras de justiça social. -Sabem os Membros do P.S. que muitos Paivenses vão à 1 hora da manhã para o Centro de Saúde para conseguirem uma consulta? -Sabem os Membros do PS. que a partir de Dezembro quase metade da população do Concelho vai ficar sem médico, pois que vai sair de Castelo de Paiva mais uma médica? (hoje o Panorama é pior, porque já mais médicos saíram por reforma) -Sabem os Membros do P.S. que a juntar a estes factos, o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde é um dado adquirido, o que vai dificultar ainda mais o acesso aos cuidados de saúde por parte dos mais carenciados, sobretudo os idosos? -Sabem os Membros do P. S. que o Orçamento do Estado não tem obra nova para Castelo de Paiva? Que a Variante à EN 224 vai morrer no Castelo? Que a Variante à EN 222 vai morrer num morro nas Lavagueiras, a poucos quilómetros de Canedo? E que o IC 35, de Entre-os-Rios a Penafiel, não vai sair do papel? Por quantos mais anos é que esta obra fundamental para Castelo de Paiva e o Vale do Sousa, vai ficar parada? (veio um Ministro em época eleitoral, há poucos meses, dizer que agora é que ia. Só não disse para onde ia). E o que é que tem sido feito para combater o desemprego? Onde estão os milhares e milhares de postos de trabalho que foram prometidos pelo Partido Socialista na campanha eleitoral em 2005? Eram estas e outras questões que o Partido Socialista de Castelo de Paiva deveria discutir, criticando o que está mal e ajudando o Governo a corrigir os erros que vão agravar as condições de vida das nossas populações, sobretudo dos mais desfavorecidos e que mais atenção e cuidados necessitam, os idosos.

*Por tudo o que expressámos ao longo deste documento, não pode o Partido Socialista contar connosco para fazer chicana política na Assembleia Municipal. Em sinal de respeito por quem confiou em nós. Em sinal de respeito pelos Tribunais. Os Membros do PSD presentes decidem ausentar-se desta Assembleia Municipal e solicitam à Mesa que este documento faça parte integrante da acta desta Assembleia Municipal. Castelo de Paiva, 27 de Novembro de 2006. Os Membros do PSD na Assembleia Municipal. "Afinal, estávamos cheios de razão. Nas últimas campanhas eleitorais, este assunto foi tema central das campanhas do PS. Nós não temos a memória curta. O Povo de Castelo de Paiva tem que saber que o Dr. Paulo Teixeira foi durante 10 anos vítima de perseguição pessoal e política, que não só o afectou a ele mas também a sua família. O Povo de Castelo de Paiva tem que saber que o Dr. Paulo Teixeira foi absolvido. O PSD saúda-o e reitera toda a confiança, que aliás, nunca deixou de lhe manifestar ao longo destes anos." ****

— Usou da palavra o Membro José António Rocha que começou por referir-se à questão do desemprego e da procura de muitas famílias junto de Instituições e Juntas de Freguesia que mostram um desespero muito grande, porque não há resposta para os seus problemas. A única resposta que se poderá dar de imediato é com a formação profissional, principalmente os cursos de educação formação de adultos com a duração de quinze a dezassete meses de formação profissional, e aliado a ela tem uma bolsa de formação. Pediu ao Senhor Presidente, que tivesse uma mensagem política muito firme e vincada, que escrevesse para as entidades do programa operacional do potencial humano, e que ficasse bem claro que esse corte nos apoios sociais, e nos cursos de educação de adultos são nefastos para o concelho. ***

— O Membro Dr. João Campos sugeriu, que seria mais conveniente que colocassem as questões à actividade da Câmara, neste momento, para posterior resposta do Senhor Presidente às mesmas. ***

— O Presidente da Mesa concordou, e perguntou se alguém queria colocar alguma questão sobre a Actividade da Câmara Municipal. ***

— Usou da palavra o Membro Maria da Graça Sousa para questionar sobre a utilização do mini-ecoponto existente na escola. ***

____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha para questionar quais as conclusões da reunião com a Administração Regional de Saúde do Norte relacionado com o funcionamento do SAP e da falta de médicos. Questionou também sobre a sensibilização ambiental e colocação de extintores nas escolas do primeiro ciclo. ***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para questionar se houve efectivamente uma reunião de trabalho com o Secretário de Estado da Tutela da Administração Local, quando teve lugar, se foi antes ou depois das auditorias, qual o resultado e quais as perspectivas de futuro. ***

____ Não havendo mais questões o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu às questões que lhe foram colocadas. Começou por pedir desculpas pelo atraso verificado, e respondeu primeiro ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, sobre a questão do transporte dos doentes e apesar de ter sido um compromisso eleitoral, tem neste momento muitas limitações financeiras, mas irá estudar uma forma e um modelo que possa ser implementado no âmbito do regulamento de apoio à Accção Social, para ajudar quem mais precisa. Relativamente à questão do saneamento, disse que o processo está entregue em alta à nova empresa SIMDOURO, da qual fazemos parte, e já entramos com o capital social de cinquenta mil euros, e logo que tivesse alguma novidade convocaria de imediato a reunião de acompanhamento da Comissão de Saneamento que foi criada nesta Assembleia Municipal. Relativamente à escola de Real, disse que o Senhor Presidente da Junta juntamente com os pais apresentaram um projecto que se situava no Vale da Mota, e porque se tratava de um projecto avultadíssimo para a Câmara Municipal, chegou-se a um entendimento para se apresentar uma proposta diferente com valores mais adequados. Referiu ainda que a Junta de Freguesia de Real disponibilizou um dos terrenos que tem junto ao Loteamento do Outeiro, que estava a trabalhar naquele espaço, e que iria colocar este processo junto das entidades competentes no âmbito do Ministério da Educação para se pronunciarem se viabilizam ou não a proposta. Relativamente ao Caminho de Celeirós, disse que tinha conhecimento e que o Senhor Vice-Presidente juntamente com a Junta de Freguesia tem tentado minimizar os efeitos negativos que tem aquela acessibilidade.

Relativamente à intervenção do Dr. João Campos sobre as transferências para as juntas de freguesia, respondeu que o valor em dívida rondava os sessenta mil euros, referente aos anos de 2008 e 2009, mas que com um plano faseado conseguiu recentemente pagar tudo, mas que relativamente às Associações a situação era mais grave porque o valor referente aos pagamentos era de cento e setenta mil euros. Disse que também fez um plano de pagamento e que já foram pagos sessenta mil euros em subsídios às colectividades de forma faseada e que num curto espaço de tempo iria pagar a todas as Associações. Relativamente à Associação de Municípios do Vale do Sousa, referiu que teve conhecimento do valor em dívida, referente a quotas e projectos no montante de setecentos e cinquenta mil euros, e como os outros cinco Municípios não poderiam continuar a suportar este Município, começou por cumprir com os compromissos actuais e abater no passivo, com o pagamento da importância de cerca de trinta mil euros e ao mesmo tempo pagar a conta corrente da Câmara Municipal. Relativamente à questão CACE, disse que era uma situação delicada pois as regras são claras quanto à limitação de tempo que as empresas podem estar instaladas naquele local, e que as empresas que lá estão, serão obrigadas a sair mas não têm para onde ir. Referiu que colocou o assunto ao Senhor Secretário de Estado da Tutela, Dr. Valter Lemos, que este lhe tinha garantido que as empresas não seriam obrigadas a sair daquele espaço enquanto não existisse uma alternativa no exterior para as acolher. Respondeu de seguida ao Senhor José António, relativamente às soluções estruturais dizendo que era importante ter no Concelho entidades a dar formação, mas que era muito mais importante um concelho com emprego, com postos de trabalho e riqueza económica, e para esse efeito era preciso ter espaços empresariais dinâmicos e atractivos. Referiu que existia um plano de pormenor praticamente concluído, mas que se traduzia num papel. Disse que existia uma candidatura no âmbito do Programa Operacional Norte, que poderá chegar aos cinco milhões de euros, e que apesar de se estar limitado no tempo para a apresentação da mesma, mas que tudo fará para se conseguir a aprovação do referido projecto. Referiu-se ainda à questão do CACE para dizer que existia disponibilidade do Secretário de Estado

de trabalhar uma solução modelo económico, um modelo de gestão diferente para aquele espaço. Relativamente à questão da saúde, referiu que numa primeira etapa conseguiu que fosse feita a drenagem de doentes para o Hospital do Padre Américo em Penafiel, mas também para o Hospital de S. Sebastião na Vila da Feira. Que quanto à questão do serviço de atendimento permanente disse que reuniu com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, Manuel Pizarro, e que lhe tinha exposto a situação e preocupação com o serviço de atendimento permanente em Castelo de Paiva, e que o mesmo lhe garantiu que não havia qualquer tipo de possibilidade de ser encerrado aquele serviço, porque não tínhamos acessibilidades, o IC 35 estava suspenso, e a conclusão da Variante à Estrada nacional 222 faltava concluir para podermos ter uma ligação á A41 que se encontrava em construção. Quanto à questão do desemprego referiu que solicitou o agendamento de uma reunião urgente à administração que está no Grupo INVESTVAR para fazer o ponto da situação, e que em relação à Empresa Outras Matérias, pedia reserva sobre a questão da insolvência porque entendia que era benéfico para os próprios trabalhadores, e que entretanto a Câmara ia dando apoio nas refeições escolares, e nos transportes. Relativamente à questão do processo dos terrenos da feira, disse que se entendessem deixaria este assunto para uma próxima reunião da Assembleia Municipal. Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, disse que sobre a pré-escola haveria uma necessidade de se fazer uma intervenção de raiz e nova. Relativamente às intervenções por administração directa, referiu que as questões que foram nomeadas eram tidas em boa conta, e que dentro daquilo que fossem as disponibilidades estaria disponível para colaborar. Quanto à questão da EDP referente à iluminação, iria colocar isso aos responsáveis da empresa. Relativamente ao membro Jorge Quintas, e sobre a questão de Limpar Portugal, referiu que era uma acção para continuar e também com outro tipo de iniciativas. Que esta Jornada de Limpar Portugal foi um sucesso, pelo que se limpou e pelo espírito do voluntariado. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, relativamente ao Nó do Tapado na Variante disse estar a aguardar que as Estradas de Portugal procedam à

rectificação da sinalização. Relativamente à questão da ligação a três moradias, referiu que faltava fazer a requisição do serviço na Câmara. Quanto aos transportes escolares, disse que as verbas estão em atraso, mas assim que o dinheiro entrar na Câmara que pagará de imediato, e que já fez sentir este problema junto da Direcção Regional de Educação. Em relação à vedação referiu que nunca autorizou qualquer tipo de vedação a ninguém. Relativamente à Drª. Fátima Strecht, disse que agradecia em nome do Vereador, porque foi ele e a sua equipa que trabalharam nas comemorações do 25 de Abril, assim como na publicação da agenda cultural. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, sobre o Cais do Castelo, disse que a situação se matinha igual àquela que tinha sido comunicada por ofício. Relativamente à questão do Bar e Piscina do Castelo, referiu que dentro de dias iria fazer-se uma intervenção no local. Relativamente à intervenção do Dr. Gouveia Coelho, remeteu para a próxima reunião a questão dos terrenos da feira. Relativamente às questões colocadas pela Prof. Graça, sobre o voto de protesto do IC 35 disse que o voto de protesto chegou ao Senhor Secretário de Estado da Obras públicas, Dr. Paulo Campos, no âmbito da Associação de Municípios do Vale do Sousa e da própria Comunidade e outros Municípios que estão integralmente relacionados com este eixo rodoviário. Sobre o parque informático, reconheceu que era debilitado, e que os Serviços da Câmara têm tentado dar o seu melhor. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Prof. Daniel, sobre os terrenos da feira disse que seriam discutidos numa próxima reunião. Relativamente às questões do Prof. José António, disse que no âmbito da Formação teve oportunidade de solicitar ao Senhor Secretário de Estado Dr. Valter Lemos que Castelo de Paiva merecia também uma atenção no âmbito das candidaturas para a formação profissional que estão em curso, e a resposta que teve foi que em doze candidaturas era atribuída uma. ***

3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010.***

____ O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse a introdução do tema, referente a este ponto. ***

____ O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que relativamente ao Plano e Orçamento, teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local e colocou-o perante uma primeira abordagem da situação financeira da Câmara Municipal. Também transmitiu ao Senhor Secretário de Estado, que as receitas que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva tem, são muito escassas para os gastos, os compromissos, e as despesas que já estão assumidas. Referiu que reduziu em oito milhões ao valor que foi orçamentado no ano anterior no valor de trinta e três milhões de euros. Que este orçamento tinha o valor de vinte e cinco milhões de euros. Que teve de cabimentar, e de relevar toda a despesa e facturação até aqui, e estava a falar em cerca de dois milhões de euros de facturação que não estava relevada nas contas do Município, e que ao mesmo tempo teve que integrar os juros de mora que são dos empréstimos bancários e que se cifram na ordem de um milhão duzentos e noventa e quatro mil euros, além da amortização do passivo que se cifra na ordem de um milhão setecentos e sessenta e oito mil euros. Que tinha aqui uma despesa na ordem dos três milhões, e normalmente o valor que se executa em pessoal é um valor fixo, se somarmos ao passivo e aos juros que estão nomeados nas dotações iniciais no ano de 2010. Acrescentou que era um orçamento possível face à realidade actual e face à contingência que tinha em apresentar um Plano e Orçamento equilibrado de acordo com as regras do POCAL. Que tinha ainda a questão dos processos que estão pendentes em Tribunal que poderão representar milhões, e também as dívidas a fornecedores a rondar os quatro milhões de euros. Que com o plano de regularização extraordinário de dívidas do Estado permitiu que se pagassem oito milhão e setecentos mil euros, mas que se tinha de pagar agora essa dívida ao banco e à Direcção Geral do Tesouro que além da amortização desse capital implica o pagamento de juros. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real que começou por referir que lamentava o facto do IC 35 estar suspenso, e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para que fizesse o melhor possível para que fosse retomado o IC35. Congratulou-se com a notícia sobre a continuação do funcionamento do SAP. Fez os seguintes reparos, e solicitou o seu registo em acta. Começou por dizer: “*Uma tem*

a ver com a regularização de dívidas às Juntas de Freguesia, que vem mencionada no orçamento, tem a ver com a dívida à Junta de Freguesia de Real proveniente dos protocolos de pavimentação de caminhos. Estamos a falar de uma verba de cerca de duzentos e quarenta e cinco mil euros, que consta no orçamento, não sei se tem conhecimento ou não, mas existe um acordo de regularização de dívida, datado de 19 de Dezembro de 2008, foi assinado este acordo tripartido, entre a Junta de Freguesia, Município de Castelo de Paiva e a Empresa. Queria chamar a atenção para o facto da possibilidade deste valor estar duplicado no orçamento. Estar inscrito na rubrica de dívida à Junta de Freguesia, e está novamente inscrita como dívida ao fornecedor ou à entidade bancária. Gostava que tivessem em atenção a isso, para que não haja duplicação, pois trata-se de uma verba muito elevada, estamos a falar de quase cinquenta mil contos. Um outro assunto que queria falar tem a ver com as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. Prometeram que iam ajudar, cooperar com as Juntas de Freguesia, que iam aumentar as verbas. De facto não é isso que acontece neste orçamento. As verbas são exactamente as mesmas. Não há um centímo a mais. Nesse sentido enquanto representante de uma Junta de Freguesia, tenho a dizer que me senti lesado quanto a isso. Tínhamos umas expectativas, os nossos orçamentos foram aprovados nas Assembleias de Freguesia, na devida altura em Dezembro, no entanto gostaríamos de ver essas rubricas e essas verbas alteradas. Não sei se ainda é possível. E mais concretamente, há uma verba que eu tenho falado quase todos os anos aquando da proposta de orçamento para o ano civil seguinte, tem a ver com a conservação, manutenção de vias municipais. Como é sabido a Freguesia de Real tem cerca de trinta e três quilómetros quadrados, é um terço do concelho. São quilómetros e quilómetros de vias para fazer limpeza e manutenção. O que os executivos têm feito até agora, é atribuir uma verba de sete mil e quinhentos euros para todas as Juntas. E do que eu me queixo, e vou continuar a queixar enquanto for Presidente da Junta de Freguesia Real, e essa situação não for rectificada. Há freguesias no Concelho de Castelo de Paiva que têm três quilómetros e meio quadrados, têm cinco quilómetros quadrados e recebem sete mil e quinhentos euros de verbas

para limpeza, manutenção e conservação de vias municipais. E uma freguesia com trinta e três quilómetros quadrados recebe exactamente a mesma verba. Vou-me continuar a queixar, porque não é justo, e nesse caso a Freguesia de Real é prejudicada. Também prevêem nesse orçamento descentralização de competências, cooperação com as Juntas de Freguesia. Existe essa intenção, nós estamos abertos obviamente, e eu acho que falo por todos os Presidentes de Junta, se estamos disponíveis a cooperar e a colaborar com a Câmara Municipal, no sentido de melhor servir os munícipes. Agora o que eu não consegui encontrar, gostava que me esclarecessem, foi no orçamento, que existe a intenção de descentralizar competências. E pergunto eu, onde está o respectivo pacote financeiro? Porque a sabedoria popular diz tudo. De boas intenções está o inferno cheio. Nós queremos descentralizar competências, queremos colaborar, queremos trabalhar no sentido de melhorar a qualidade de vida dos paivenses, mas se nos transferem competências, e não vem o respectivo pacote financeiro, nós dizemos, não, muito obrigado. Assim não é possível. Há uma outra rubrica que ouvi aqui com muito gosto. Tem a ver com a Zona Industrial da Cruz da Carreira e Nojões. Está lá uma verba significativa, muito sinceramente espero que o ano 2010 seja decisivo no arranque dessa Zona Industrial, porque é essencial. São infra-estruturas para fixar ou instalar novas empresas, não há postos de trabalho. E se já foi iniciada a construção das infra-estruturas e começar a instalar a zona Industrial da Cruz da Carreira no ano 2010 já é tarde. Mas se vier agora muito bem. Por isso desejo a melhor sorte neste aspecto no que diz respeito à Zona Industrial da Cruz da Carreira. Também relativamente à nova escola de Real, estive a observar atentamente o orçamento, gostava que me esclarecessem, ela não vem lá especificada, penso que numa daquelas rubricas estará incluída. Vi lá e muito bem, que se propõem fazer umas instalações para o Jardim de Infância de Oliveira do Arda. Agora a Escola de Real, não sei se será esquecimento, senão será para fazer ou se estará incluída numa daquelas rubricas. No entanto a rubrica que eu vi, e onde ela se poderá enquadrar só tem cento e vinte e cinco mil euros inscritos. E é uma rubrica generalista que tem a ver com o Parque Escolar do Concelho. Se pensam fazer ou iniciar uma escola, e investir

durante um ano no Parque Escolar com cento e vinte e cinco mil euros, eu penso que é muito pouco. E façase notar que a questão da nova Escola de Real, para mim enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Real é um ponto fulcral no que respeita à votação no orçamento para 2010 da Câmara Municipal. Há escola ou não há escola? Se há escola ou se há a intenção de fazer a escola o sentido de voto é um. Senão há intenção de fazer a escola, digam-no claramente, porque a intenção de voto é outra. E eu falo, não só em nome do Presidente da Junta, mas do Executivo da Junta de Freguesia de Real. Aliás nós na próxima sexta-feira temos a Assembleia de Freguesia e está agendado um ponto sobre este assunto. Só para terem uma ideia da importância que a nova escola da freguesia tem. Relativamente ainda à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, vi e muito bem uma rubrica, uma transferência de cinco mil euros para a junta de freguesia de Pedorido, espero bem que a cumpram, porque de facto as Juntas de Freguesia, e senão houver verbas não há obras. Porque é muito bonito no caso dos transportes escolares dizer-se, senão vier dinheiro da DREN não pagamos. Então nós senão houver dinheiro não fazemos transportes e ficam as crianças em casa. Acho que tem de haver um pouco de flexibilidade e de ajustamento. Relativamente a esses cinco mil euros, acho muito bem que façam, até acho pouco podia ser mais, gostava era de ver uma rubrica em que visse uma verba igual, idêntica ou parecida para todas as Juntas de Freguesia. Eu muito sinceramente e com frontalidade com que me começam a conhecer, eu entendo isto como seja um subsidio camuflado. Espero bem que não seja, e que o Concelho de Castelo de Paiva não comece a ficar inclinado para uma determinada zona do concelho. A nossa terra é montanhosa, tem altos e baixos mas tem que se ter um bocado de equidade, tem de se tratar todos de igual forma, para que depois não haja razão de queixa de ninguém. Há um outro ponto engraçado, que tem a ver com o mapa de pessoal, e chamo a atenção e isto também, tem sido falado ao longo dos anos para o facto do peso que tem, e o Senhor Presidente falou ainda agora, as despesas e os encargos com o pessoal nesta Câmara Municipal. E se forem ver, não ao orçamento, mas sim à execução que tem ocorrido ano após ano rondou os cinquenta por cento do orçamento da Câmara Municipal, os custos

com pessoal. E falam e mais uma vez e muito bem, mas o problema é pô-lo em prática. Tem que se optimizar tem que se pegar no pessoal da Câmara Municipal e pô-lo a trabalhar. Porque se ele come quase metade do orçamento, temos que fazer com que essas pessoas sejam produtivas. Pois se o valor que a Câmara Municipal dispõe ao longo dos trezentos e sessenta e cinco dias do ano se reflete no dia a dia. Que as pessoas sintam, que os ordenados que têm, tenham efeitos práticos. No que respeita ao mapa de pessoal, há aqui alterações, como é óbvio, propõem uma serie de postos de trabalho a extinguir e outros postos de trabalho a criar. E eu como Presidente de Junta, foi permitido que iriam descentralizar o pessoal para as Juntas de Freguesia, até hoje continua tudo igual, na parte que respeita a Real. E fiquei preocupado porque existe aqui dentro dos postos de trabalho extintos, estamos a falar de vinte postos de assistentes operacionais. Estamos a falar de cantoneiros, condutores de máquinas, pedreiros, auxiliares de serviços gerais. Extinção de vinte postos do Quadro de Pessoal da Câmara, de trabalhos operacionais, isso é muito preocupante, quando existe um executivo que diz que quer pôr o pessoal da Câmara a trabalhar, a dar rendimento no Concelho de Castelo de Paiva. Nesse aspecto é preocupante. O Senhor Vice-Presidente está a começar a trabalhar, penso que muito bem, quero dar-lhe os parabéns, felicitá-lo, desejo-lhe melhor sorte, porque está a aproximar-se uma época muito complicada, nomeadamente com as perdas de água. No que respeita aos outros pequenos problemas, e falo mais uma vez enquanto Presidente de Junta, é com muito orgulho que estando incluindo na classe de Presidentes de Junta, que vejo um Presidente de Junta a vir para um executivo municipal. Não é desfazendo dos outros autarcas, porque uns são melhores e outros piores, mas acho que não há ninguém melhor, com melhor sensibilidade do que o Presidente de Junta, a pessoa que está mais perto das pessoas, que vive diariamente os problemas. E nesse aspecto o Senhor António Rodrigues Vice-Presidente da Câmara Municipal, espero sinceramente que faça uso dos anos de experiência que tem como Presidente de Junta e saiba ir directamente de encontro aos problemas das pessoas. E espero sinceramente que não lhe sejam cortadas as pernas, que não releguem para segundo, terceiro ou quarto plano porque hoje mais do

*que nunca e quando não há verbas para fazer obras os funcionários municipais nomeadamente os das oficinas hoje são pessoas importantes porque são eles que vão estar no dia a dia ao serviço do povo a resolver os problemas das pessoas. Portanto esta extinção de vinte postos de trabalho na área operacional é muito preocupante, precisamente quando os postos de trabalhos criados vão precisamente ao contrário daquilo que foi apregoado ao longo dos últimos anos. Diziam que a Câmara tinha técnicos superiores a mais e depois extinguem a maioria de postos de trabalhos operacionais para meterem três técnicos, dois assistentes técnicos, afinal não percebo qual será o objectivo. E depois há aqui determinados postos a criar, estou a falar de técnicos superiores de arquitectura, sistema de informação geográfica, assistente técnico de turismo, assistente técnico de arqueologia, técnico de informática. Há aqui determinados postos a criar que me cheiram a encomendas políticas. E eu não gostava de ver os cofres do município lesados com encomendas políticas com postos de trabalhos prometidos e estão agora a ser criados e nós sermos coniventes com esta situação e votarmos todos a favor. Isto até é normal quando não são uns, são outros, se saísse este executivo vem outro e fazia o mesmo.”****

— Usou da palavra o Senhor Dr. João Campos para referir que este orçamento é adaptado, à realidade e que não se poderia esquecer o que vem de trás que assumiu proporções desastrosas, nomeadamente na questão do PREDE. Disse que a dívida não tinha acabado, mas que tinha sido transferida para um único credor e que agora se deveria cumprir com esse credor. Continuou dizendo que havia aqui uma preocupação fundamental que era o rigor, o critério, e reduzir a despesa total em cerca de vinte e três por cento, em oito milhões de euros. Solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara ou ao executivo relativamente à questão dos juros, pois se a dívida não foi paga, foi transferida, e perguntou se estes juros a que se referem a estas obrigações são exclusivamente do PRED ou se ainda há fornecedores por pagar.***

— Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira que começou por dizer que manifestava um protesto, pois tinha esperado quatro meses pela apresentação dos documentos e que não se sentia confortável pela forma

ligeira como aqueles documentos estavam a ser apreciados e discutidos. Que o Senhor Presidente da Câmara em dez minutos disse o que pensa do presente e futuro do Concelho. Que achava que eram documentos demasiado importantes para serem discutidos de uma forma ligeira e que não se revia nisso. ***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para referir que se sentia triste porque as dez obras prioritárias que lhe foram pedidas através da Câmara para a Freguesia de Bairros, nenhuma está contemplada directamente com uma rubrica. Continuou dizendo que falavam nelas todas mas o que diziam era, conforme disponibilidade financeira da Câmara Municipal. Também sentia tristeza porque em campanha eleitoral ouviu dizer que as verbas para as Juntas iam ser aumentadas e que todos sabiam bem das dificuldades de um Presidente de Junta, sabiam bem que as verbas que a Câmara Municipal estava a dar às Juntas de Freguesia não chegava nem para metade dos seus gastos. ***

____ Usou da palavra o Senhor Dr. Gouveia Coelho para referir que se surpreendeu com a intervenção do Dr. Rocha Pereira pelo facto de ter havido uma exposição por parte do Senhor Presidente da Câmara de dez minutos. Disse que deveria sentir-se privilegiado pois em relação ao passado próximo a Câmara Municipal nada dizia. Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, e referente à pretensão de alterar os documentos em discussão não é possível por força da lei. Disse que concordava com a questão do pessoal, pois os custos do pessoal em cinquenta por cento seria demasiado. Questionou dizendo que tinham dez anos para pagar três milhões e quinhentos mil ao Tesouro que provinham de dívida a fornecedores. Solicitou que a Câmara lhe explicasse, porque falaram de dívida a fornecedores, que tinham cinco anos para pagar ao BCP cinco milhões e duzentos e cinquenta mil. Referiu-se a uma rectificação de uma duplicação de verbas que o Presidente da Junta de Real detectou e que terá de ser posteriormente rectificado. Acabou a intervenção apelando para que sejam aprovados estes documentos. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o pedido

que tinha feito às prioridades para o Plano de Actividades das Freguesias que em devido tempo confirmou essas mesmas prioridades e que agora constatou que não constam do Orçamento, concretamente a edificação da capela mortuária já com projecto e terreno. ***

— Usou da palavra a Dr^a. Gina Moreira para colocar algumas questões em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, referente à Acção Social e Políticas Sociais Integradoras. Disse que no ponto 5, constava um programa sénior juntamente com o INATEL, e solicitou informação para saber em que moldes se iria processar aquela parceria, quem iria pagar as despesas inerentes, se existia verba em Orçamento. Relativamente ao ponto 7, referente ao apoio à família, na aquisição da vacina contra a meningite, solicitou informação sobre o número de famílias que serão apoiadas, e se haveria verba. Referiu-se também à verba orçamentada no valor de mil euros para transporte de doentes, que achava esta verba irrisória, e que desconhecia o percurso, a distância e o destino dos mesmos. Questionou também no que se refere ao ponto 8, relativamente à habitação, senão se deveria criar mais condições para o arrendamento em vez de se insistir na construção e autoconstrução de habitação.***

— Usou da palavra o Senhor João Dias que começou por referir que quinze mil euros não dará para comprar uma ambulância. Agradeceu à Câmara pelo empenho que tiveram na reunião sobre a transferência dos doentes para os hospitais. Chamou ainda a atenção quanto ao transporte de doentes com credenciais, com ambulâncias e transporte de doentes a consultas, nunca foi recusado um transporte, fosse a quem fosse, mas todos os dias os bombeiros recebem um ofício do Centro de Saúde a dizer, “das tantas às tantas SAP encerrado por falta de médicos”. Continuou a dizer que tínhamos SAP, e que estava era encerrado todos os dias, por isso solicitou que deveriam meter os pés ao caminho e fazer barulho se fosse preciso. ***

— Usou da palavra o Prof. Daniel Rocha que pediu um esclarecimento sobre a apresentação de um quadro no documento que tem a receita corrente, a receita de capital, a despesa corrente, a despesa de capital 2010/2009, previsto e corrigido e depois 2009 executado. Disse que gostaria de ser esclarecido sobre a que é que se deve este previsto

corrigido, e que foi apresentado um orçamento com menos oito milhões, que disseram que era um orçamento adaptado. Disse que não compreendia o que era um Orçamento adaptado. Ou era um Orçamento real ou não era. Se lêssemos as Grandes Opções do Plano sem o Orçamento parecia que iríamos ter grandes iniciativas no Município, mas se depois fossemos ver ao orçamento diríamos que afinal de contas era só para cabimentar. Cabimentava-se tudo e não se fazia nada. Então era melhor serem realistas e dizer aos paivenses, “isso não vai ser feito”. Questionou que também foi inserida uma rubrica para previsão de outros riscos e encargos, e que constavam os tais processos judiciais, e gostaria de saber quais são os processos judiciais que estão previstos, e se alguns ficaram de fora. Referiu-se também a uma outra questão, em que gostaria que lhe esclarecessem porque foi inserido na Segurança e Protecção Civil o Agrupamento de Escuteiros, e qual a verba prevista. Questionou também sobre a falta de referência e de cabimentação à Feira do Vinho Verde e à Central de Biomassa. Questionou também se os quinhentos euros que estão previstos para parcerias na participação da SIMDOURO serão suficientes. Sobre o Mercado Municipal perguntou se a verba de quinhentos euros que está prevista chegará para a sua recuperação. Questionou ainda sobre a rubrica a que se referem com Outros Serviços que está orçamentada com duzentos e vinte mil euros. Referiu-se ainda ao que o Senhor Presidente da Câmara disse sobre alguns projectos, e que ainda não tinha tido oportunidade de trabalhar neles, por falta de tempo e de dinheiro. Perguntou se a equipa, com o Senhor Presidente e mais dois vereadores a tempo inteiro, era suficiente para trabalhar em todos os projectos do Município, ou se iriam deixar escapar algum projecto por falta de tempo para tomar decisões para trabalhar nos mesmos. ***

_____ Usou da palavra o Professor José António para colocar algumas questões, sobre a Carta Educativa e perguntou se era adequada ou se a iria alterar, e ainda quais as intenções do Município. Questionou também quanto à localização exacta da piscina no Couto Mineiro. ***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou uma questão sobre o SAP de Castelo de Paiva, que a maior parte das vezes se encontra encerrado, pertencer legalmente à Unidade Básica de Arouca, e

que se um cidadão precisar de ir a uma urgência, tem que ir legalmente a Arouca. Disse que seria importante alterar este quadro legal junto do Senhor Secretário de Estado e que Castelo de Paiva tem de sair obrigatoriamente da Unidade Básica de Arouca, por não fazer qualquer sentido estar lá, pois se um cidadão tiver uma urgência em Castelo de Paiva não vai a correr para Arouca, para depois ir para o Vale do Sousa ou para Santa Maria da Feira. Terminou solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que iniciasse diligências junto do Secretário de Estado para alterar este quadro legal e tirar Castelo de Paiva da Unidade Básica de Arouca. ***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas. Começou por responder à questão levantada pelo Senhor Presidente da Mesa, relativa ao funcionamento do SAP de Castelo de Paiva e que nunca lhe tinha sido referido que os doentes de Castelo de Paiva teriam de ir para Arouca, mas sim que a manutenção do SAP deverá funcionar no período compreendido entre as oito horas e as vinte e duas horas ou as vinte quatro horas nos dias úteis, sábados, domingos e feriados. O SAP de Castelo de Paiva poderá funcionar em horário mais reduzido das oito horas até às vinte horas todos os dias úteis da semana e aos sábados domingos e feriados das oito horas até às vinte e duas horas ou vinte e quatro horas, quando o IC 35 de Entre-os-Rios a Penafiel estiver concluído e aberto ao trânsito, a referência continuará a ser Feira e Vale do Sousa. Disse que é com base nesta referência que foi aprovada aqui em Assembleia Municipal com a concordância de ambas as forças partidárias, que se tem mantido o SAP em funcionamento. Relativamente à questão das transferências para as Juntas de Freguesia, disse que iria tentar pagar os montantes que estão orçamentados a tempo e horas, e relativamente à Freguesia de Real, compreendia que tinha uma grande extensão e que poderia no futuro avaliar e considerar um outro modelo para protocolar e financiar. Relativamente à questão da Escola, referiu que o processo estava a ser acompanhado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Real e pelos pais, que se estava a trabalhar no projecto e na obra para se tentar avançar num modelo diferente do que vinha anteriormente. Relativamente à questão dos trabalhadores que deixaram de estar no

quadro, referiu que eram pessoas que estavam contratadas a termo, e que ganhavam o salário mínimo nacional aqui na Câmara Municipal, e que trabalhavam nas ruas e transferi-as para o quadro de pessoal, porque senão fizesse isso elas teriam sido despedidas. Relativamente à questão colocada pelo Dr. João Campos, sobre os juros que se reportam ao PREDE, disse que eram de oitenta e sete mil euros, e que o restante montante reportava-se todo a juros de mora, no valor de um milhão duzentos e noventa mil euros, devido ao atraso no pagamento aos fornecedores, e também aos empréstimos de médio e longo prazo. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, referente `a questão da listagem, disse que tinha razão, e que iria analisar para ver o que se tinha passado, porque se tinha dado sequência às comunicações e às prioridades. Relativamente às questões colocadas pela Gina Moreira, referente ao programa férias sénior em colaboração com o INATEL, informou que é um programa de férias que tem a duração de uma semana em condições altamente vantajosas, sobretudo para quem tem poucos recursos financeiros para fazer férias, que era uma iniciativa que quer dinamizar e que estará vocacionada sobretudo para a terceira idade e para os reformados. Quanto à questão dos transportes de doentes, referiu que se houver necessidade, poderá fazer-se uma correcção orçamental. Relativamente à construção e arrendamento, concordou que a construção de habitação social será sempre necessária e face às dificuldades que o País atravessa era uma solução interessante. Quanto à questão apresentada pelo Senhor João Dias sobre a verba de quinze mil euros para aquisição da ambulância, disse não saber se era a ambulância ou a unidade móvel de saúde, pois o objectivo era ter a referida Unidade, a fazer programa de rastreio junto da população pelas freguesias, mas que era uma verba que poderia ser alterada se fosse necessário. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros que lamentou sobre algumas rubricas inscritas no orçamento, referiu que as limitações existentes são muitas, mas se conseguisse ter disponibilidade financeira para o fazer e sobretudo com os meios que tinha, haveria de fazêr. Relativamente à intervenção do Professor Daniel, referiu que a intervenção era de carácter político, e que se perguntasse ao anterior

Executivo perceberia rapidamente a situação de desequilíbrio que existia aqui na Câmara Municipal em termos orçamentais, havia uma diferença entre a despesa corrente e a receita corrente em mais de um milhão de euros, e as receitas de capital cobriam as despesas correntes. Disse que tinha vontade de por todos os arruamentos daqui da Vila prontos num ano, mas era preciso ter verba para o pagar de imediato. Iria fazer a intervenção, mas iria fazê-la de forma gradual. Relativamente à intervenção do Prof. José António, referiu que tinha a mesma sensibilidade sobre a questão do desemprego. Que tinha colocado ao nível dos membros do Governo que a situação de Castelo de Paiva é muito dramática e chegou a pedir um plano especial para Castelo de Paiva, em apoio e ajuda ao Concelho. Quanto à questão relativa à carta Educativa aprovada em 2006, havia uma proposta de ter um Centro Escolar em cada Freguesia, e que nunca tinha sido tomada nenhuma opção, e que nunca se tinha avançado em termos de Carta Educativa no Concelho de Castelo de Paiva, contrariamente aos outros Municípios concretamente da Associação do Vale do Sousa, e que o Executivo irá ter que trabalhar sobre esta situação. Quanto à questão colocada sobre a necessidade de mais um Vereador, respondeu que se tem trabalhado em equipa de forma muito coesa e solidária. ***

_____ Usou da palavra o Membro Professor José António Rocha para referir que o conteúdo do Senhor Presidente era um discurso velho, era redundante, era mais do mesmo, e não abonava em favor de um Concelho que precisava claramente de um outro tipo de mensagem, e que deveria preocupar-se em passar uma mensagem mais positiva, mais inovadora e empreendedora. E que a inovação seria a chave para a recuperação económica, que havia projectos que tinham que vir cá para fora, e era por isso que gostaria imenso que o Senhor Presidente na apresentação das Grandes Opções do Plano, tivesse um discurso muito mais mobilizador, muito mais optimista, e positivo. Continuou a dizer que, o Executivo iria liderar os destinos do nosso Concelho nos próximos quatro anos, e que achava que nós precisávamos de um novo modelo estratégico para o Concelho, que potenciasse esse contrato de confiança com o futuro, e que o Presidente da Câmara deveria ser o rosto desse novo projecto, dessa nova marca, mas não era isso que

estavamos a ver. Que se tinha concentrado numa visão muito orçamental e burocrática da economia, e que se não saísse daquele registo, iria deprimir ainda mais o concelho, não acrescentando valor a um concelho que precisa de inovação. ***

— Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho que referiu que não havia nenhuma proposta fundamentada de rejeição do Plano e Orçamento, e que estariam condenados a aprová-lo. Que tinham um documento da Câmara Municipal, para ser aprovado na Assembleia que era o Plano Plurianual de Investimento, que continha também as actividades mais relevantes, o orçamento e as considerações das prioridades, as autorizações genéricas, e ainda as linhas estratégicas do desenvolvimento com o programa de actuação para 2010 a 2013, tinham o rigor financeiro, acção social, políticas de crescimento, qualificação territorial e ambiental, educação, cultura e desporto, e que portanto votariam a favor, e esperavam que a outra bancada fizesse o mesmo.

— Finda a discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010 foram colocados à votação. ***

— GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010. ***

— A Assembleia deliberou por maioria, com dezasseis abstenções e doze votos a favor aprovar as Grande Opções do Plano para 2010. ***

— ORÇAMENTO PARA 2010. ***

— A Assembleia deliberou por maioria, com dezasseis abstenções e doze votos a favor aprovar o Orçamento para 2010. ***

— Usou da palavra o Membro Daniel Rocha que apresentou uma declaração de voto que se transcreve na íntegra: “*Esta declaração de voto é dos deputados do PSD, excepto dos Presidentes de Junta que farão uma declaração própria. Nós abstivemo-nos essencialmente porque queremos dar as condições para que este executivo possa de facto governar, havia aqui questões que nós levantamos que não foram respondidas. Nós quisemos colocar questões de conteúdo, não obtivemos respostas quanto às questões que tínhamos. Mesmo assim queremos dar condições de governabilidade a este Executivo. Por isso a nossa abstenção apesar de não concordarmos quer com o discurso quer com muitas das linhas de acções que estão aqui mas não estão de facto orçamentadas. Na*

*nossa opinião o Orçamento não é realista. Mais tarde vamos ver isso.”****

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos para manifestar a declaração de voto em nome dos Presidentes eleitos pelas listas do PSD, e que existiam algumas lacunas no Plano de Actividades e Orçamento concretamente o assumir de algumas competências para as Juntas de Freguesia, e que depois não estavam a nível de orçamento, fundamentadas, assim como o aumento que tinha sido prometido, nas transferências para as Juntas de Freguesia, e que não constavam no orçamento, e ainda que havia tratamento desigual entre as juntas de freguesia. Que em relação ao mapa de pessoal que foi apresentado, extinguiam trabalhadores de rua, que eram essenciais para o desenvolvimento das freguesias, e que deveriam ser destacados para as mesmas. Que a abstenção das freguesias foi de darem o benefício da dúvida a este novo Executivo e esperavam que no futuro as coisas fossem alteradas, para que pudessem ter uma cooperação e um bom relacionamento entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. ***

____ 4 - FEIRA DE CASTELO DE PAIVA. NOVO REGULAMENTO. PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO. ***

____ Presente a proposta aprovada hoje em reunião de Câmara referente à prorrogação dos contratos de concessão. ***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho que esclareceu que este assunto já tinha vindo à Assembleia Municipal para aprovar o Regulamento, que também já tinha sido debatido em duas reuniões de Câmara, tinha sido aprovado por unanimidade, e prendia-se com a necessidade de se prorrogar o prazo de ocupação aos feirantes, na feira quinzenal de Castelo de Paiva. Que de acordo com o Regulamento aprovado pelo Executivo e na Assembleia Municipal, o direito de ocupação por arrematação terminará no dia 30 de Abril, e face à providência cautelar que foi instaurada deixaria de poder existir a feira quinzenal. Por acharem importante que a feira quinzenal continue a funcionar, a proposta aprovada hoje, seria a de que o actual direito de ocupação dos lugares da feira quinzenal, atribuídos por arrematação se mantenham até ao sexagésimo dia posterior à data em que a providência cautelar transita

em julgado, sujeitos ao pagamento da taxa de ocupação correspondente.

____ O Presidente da Junta de Freguesia de Real, referiu que não tinha recebido documento nenhum referente a este ponto, e como tal desconhecia porque razão existia uma providência cautelar. ***

____ Usou da palavra o Membro Daniel Rocha, para concordar com o Presidente da Junta de Real uma vez que este assunto não tinha sido discutido, e que nem sabiam o porquê da providência cautelar ou se havia razão para a sua existência. Que deveriam ser esclarecidos sobre o assunto, se houve erro por parte da Assembleia, e se era a forma correcta de solucionar o problema. ***

____ O Senhor Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que não houve erro nenhum, e que o Regulamento que tinha sido aprovado em reunião de Câmara e na Assembleia estava conforme a legislação em vigor. Que o que estava a acontecer é que havia uma Associação de Feirantes, que tinha um entendimento diferente, e que por isso instauraram a providência cautelar. E como esta tinha efeitos suspensivos sobre os actos administrativos que decorriam, tiveram que suspender o sorteio, e depararam-se com uma situação excepcional. E como o artigo trigésimo nono do regulamento referia que o direito de ocupação terminaria no dia 30 de Abril deixaria de haver o direito de ocupação dos terrados da feira, e teriam de tomar uma decisão, porque senão a feira não se poderia realizar.

____ O Presidente da Junta de Freguesia de Real disse que não se sentia esclarecido depois das explicações dadas. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o que foi aprovado na Câmara Municipal e o que iriam votar era uma medida provisória. Que tinha sido posta uma providência cautelar para as feiras se poderem realizar. Que a lei impunha que houvesse sorteio dos lugares da Feira, mas que os feirantes não concordavam e não queriam o sorteio, e a Associação também não. Que o que queriam era que os mais antigos não fossem a sorteio, mas apenas se sorteassem os lugares sobrantes.

Que a questão que tinham de votar era apenas, para que a Feira se pudesse desenrolar, e para se dar tempo até que o Tribunal decida quem

tinha razão. Que a assembleia aprovaria a prorrogação provisória, e que os feirantes pagassem uma taxa mensal, em vez de ser anual, para não adquirirem direitos. ***

____ Colocada à votação a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação dos contratos de concessão da Feira quinzenal.

____ O Senhor Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos e referiu que os mesmos seriam retomados na próxima quarta-feira dia 5 de Maio pelas 18 horas. ***

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA CINCO DE
MAIO DE DOIS MIL E DEZ DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, INICIADA NO
DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE
DOIS MIL E DEZ***

____ Aos cinco dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez, pelas dezoito horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos.***

____ CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS:***

5- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009; ***

____ O Senhor Presidente da Câmara fez a seguinte introdução deste ponto referindo que o documento de Prestação de Contas, tinha sido elaborado pelos serviços da Câmara Municipal, baseados na informação de vários serviços, de várias divisões, dos relatórios da auditoria, e da Inspecção Geral de Finanças efectuada na Câmara Municipal. Que as contas ainda não revelavam a realidade financeira total do Município, porque ainda estava a decorrer a auditoria que estaria praticamente concluída, e do relatório da Inspecção-Geral de Finanças, mas que já

dava para perceber que o montante da dívida era uma monstruosidade muito significativa, e que colocava este Município numa situação muito difícil, e que este documento revelava facturação que estava escondida ou esteve guardada em algum lado e não teria sido lançada na contabilidade, no valor de mais de dois milhões de euros. Que também tinham verificado que houve uma transferência da dívida para médio e longo prazo no âmbito do PREDE, do Plano de Regularização Extraordinário da Dívida do Estado, em que tinha entrado no Município oito milhões e meio de euros e que tinha permitido pagar aos fornecedores, mas tinha sido transferida para dívida de médio e longo prazo, mais os juros. Mas que mesmo com essa entrada de dinheiro, o Município na gestão anterior ainda assim tinha acumulado quatro milhões de dívidas a fornecedores. Que em termos de desequilíbrio orçamental, em termos de receita e despesa corrente tínhamos mais de um milhão de euros por ano, mas já tinham dado um sinal claro no Plano e Orçamento com a redução em oito milhões de euros no Plano e Orçamento e ao mesmo tempo assegurariam os compromissos e as despesas que a Câmara já tinha assumido, e que tinham só em juros mais de um milhão e duzentos mil euros para pagar durante um ano, e o mesmo valor também em termos de amortização de capital de dívida que também teria que ser pago. Que tínhamos uma capacidade de endividamento que ultrapassava em mais de cinquenta e nove por cento, e que por isso poderíamos ter uma penalização nas transferências do Estado em dez por cento. Disse que estava inteiramente disponível para responder às questões que lhe quisessem colocar. ***

— Usou da palavra o membro Dr. João Campos que questionou sobre o facto de que em 2008 para 2009 houve um aumento da dívida global de dois vírgula três milhões de euros, se era justificado aquele aumento, e onde é que estava traduzido no terreno. ***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura que referiu que havia dívida quando o anterior executivo entrou para esta Câmara, e que com certeza irá continuar a haver dívida e mais dívida, e que o importante seria lembrar do que realmente os paivenses precisam. ***

_____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para justificar o sentido de voto que iria tomar sobre este assunto, e como não teve responsabilidades na Autarquia desde 1993, e como não tinha elementos não se sentia obrigado a votar nem a favor nem contra, e que por isso se ia abster. Questionou também o Senhor Presidente sobre transferências de capital, e receitas referentes ao ano de 2009, e que relativamente à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional havia uma perspectiva de transferências de quinhentos e quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos, mas apenas tinham sido transferidos setenta mil euros. Da Direcção Regional de Agricultura e Pescas havia um valor inicial de duzentos e cinquenta mil euros, afinal apenas tinham sido transferidos quarenta e cinco mil. Em relação à Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas o valor inicial perspectivado era de quatrocentos e quarenta e um mil euros, tinham sido transferidos, sessenta e um mil. Um outro item relevante tinha a ver com o IFAP – Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, o valor inicial perspectivado era de duzentos e cinquenta mil euros, tinham sido transferidos apenas dois mil e seiscentos e oitenta e dois euros, e finalmente, o Programa Operacional de Cidades e Conhecimento valor inicial era de quinhentos e quarenta e sete mil euros, tinham sido transferidos apenas doze mil novecentos e setenta e sete euros. Perguntou quais as razões porque havia uma enormíssima diferença, uma vez que o valor perspectivado de transferências total era de quatro milhões duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e setenta euros e noventa e dois cêntimos, e apenas tinha sido efectivamente transferido dois milhões trezentos e trinta e sete euros.***

_____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas que questionou o Senhor Presidente sobre o quadro que vinha referenciado na página 26 do Relatório de Gestão de 2009, a dívida a fornecedores em 31.12.2009 situava-se em três milhões novecentos e vinte e um mil oitocentos e vinte e dois euros e cinco cêntimos, e como tinha sido concretizado um financiamento global de oito milhões setecentos e cinquenta mil euros, ao abrigo do PREDE para regularização de dívidas a empreiteiros e fornecedores, e foram liquidadas essas dívidas. Como a dívida a empreiteiros em 05.09.2009 envolvia a importância de oito milhões

trezentos e setenta e oito mil seiscentos e noventa e sete euros e setenta e nove cêntimos, perguntou como era possível que a Câmara Municipal tivesse em 31.12.2009 ainda uma dívida a fornecedores de três milhões novecentos e vinte e um oitocentos e vinte e um euros e cinco cêntimos.***

— Usou da palavra o Professor José António para questionar o Senhor Presidente sobre o balanço do activo e do passivo, perguntou se tinha sido um erro, e se iriam alterar os documentos em relação ao ponto que dizia respeito ao conjunto de mobilizações em poder de terceiros. Que se assistia na análise do documento que uma série de lotes de terreno que tinham sido cedidos para a concessão de equipamentos, para a construção de equipamentos sociais, e equipamentos desportivos, não constavam do relatório. E exemplificou com o lote de terreno para a construção do Centro Social de Real, o lote de terreno para o Crescimento Temporário, o Crescer a Cores, o Centrum F, o Polidesportivo de Greire, e outras concessões ligadas ao Desporto, como o Campo Municipal da Boavista, Casa da Cultura, entre outros. Referiu que os activos que não constavam no relatório de contas, permitiram fomentar, na última gestão autárquica, o investimento, a riqueza, o empreendedorismo local. Deu o exemplo, do Centro Social de Real, da Associação de Apoio às Vítimas, ARPIP, do Centro Social de Sardoura, do CENTRUM F, APPACDM, dos Cucos, e outras entidades. Os contratos de direito de superfície, estes activos que tinham sido convertidos em riqueza, eram verdadeiras iniciativas locais de emprego e que permitiram que de 2001 até 2010, se assistisse à criação de duzentos e cinquenta postos de trabalho criados por estas empresas e que tinham sido postos à disposição da sociedade civil, criando riqueza, criando empregabilidade, e criando investimento, e que não tinha sido só na área social, tinha sido no desporto, na educação, e na rede viária das freguesias do concelho. Referiu para finalizar que todo este conjunto de activos tinham sido esquecidos pelo Senhor Presidente. ***

— Usou da palavra o Senhor Presidente para responder às questões colocadas. Relativamente à questão colocada pelo Dr. João Campos sobre quais tinham sido os grandes projectos que motivaram os tais dois vírgula três milhões de euros, tinha a ver com a facturação que

estava engavetada e que não era reflectida nas contas da Câmara Municipal. Disse que eram dívidas à Auto-Viação Almeida e Filhos de vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e sete euros, Auto Viação Feirense de duzentos e setenta e dois euros, Mário Gonçalves mil seiscentos e doze euros, às Construções Edgar Miller cento e vinte mil euros, à Paviazemeis cento trinta e três mil quinhentos e oitenta e seis euros, à Jaime Queirós e Ribeiro quinhentos e vinte e sete mil euros. Algumas destas tinham sido relevadas juntamente com outras que perfaziam o valor total de um milhão e dezasseis mil euros, e outras que ainda estariam por relevar de um milhão e oitocentos e sessenta e cinco mil euros, isto a 30 de Junho de 2009. Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, disse que lamentava que a realidade fosse esta, que gostaria muito de ter dinheiro para investir e para dinamizar o Concelho que bem precisava neste momento, mas que infelizmente a realidade dos números era a prestação de contas. Relativamente à intervenção do Dr. Rocha Pereira, respondeu que, provavelmente existiria a previsão de arrecadar essa receita, efectivamente a execução foram os valores que acabou por referir, e que tiveram uma execução baixa. A exemplo de outras rubricas, se tivesse oportunidade iria verificar, muitas delas ficaram nos zero zero vírgula um, ou zero zero vírgula dois, e em algumas rubricas era esse o grau de execução. Relativamente à questão colocada pelo Jorge Quintas, sobre a dívida a fornecedores de três vírgula noventa e dois milhões euros tinha a ver com o tipo de gestão que foi praticada. Tinha havido a aprovação de um PREDE, do Plano de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado de oito milhões e meio, que entraram nos cofres do Município, mas relembrou que tinham sido para pagar aos fornecedores, e que a dívida continuava no Município de Castelo de Paiva. Relativamente à intervenção do Senhor Professor José António, respondeu que a informação que estava esplanada no documento tinha por base uma informação da divisão da administração geral da Câmara, que resultava de toda a troca de informação que existiu na Câmara Municipal de forma a obter todo esse activo. Traduzia-se num trabalho técnico, e que não tinha tido qualquer tipo de interferência na sua elaboração. Referiu ainda que a grande diferença que tinha de

SO.28.04.2010

haver entre esta gestão e a anterior, era no tipo de gestão e não era no activo nem no passivo. Disse ainda que o tipo de gestão iria ser diferente e que iam apostar em fazer mais barato e melhor se possível, e sempre com qualidade. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa colocou a questão ao Senhor Presidente da Câmara, sobre os activos que não estão referidos, Disse que acreditava que tivesse sido uma informação dos Serviços Técnicos, mas que havia activos que todos conheciam, que não se encontravam referidos e perguntou se a informação ia ser corrigida. ***

____ Usou da palavra O Senhor Presidente da Câmara para responder à questão que lhe foi colocada pelo Senhor Presidente da Mesa referindo que a informação tinha por base uma informação que foi obtida pelo Chefe da Divisão e transferida para quem esteve a preparar os documentos. No futuro teria que se ter isso em consideração, mas que naquele momento não poderia fazer alterações. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa disse que o Senhor Vereador Paulo Teixeira pediu a palavra, e com base no número oito no artigo trinta e seis dava-lhe a palavra. ***

____ O grupo do Partido Socialista solicitou esclarecimentos à mesa quanto à intervenção do Senhor Vereador Paulo Teixeira. ***

____ O Senhor Presidente da mesa leu o número oito do artigo trinta e seis: “(*Os Vereadores que devem assistir às sessões, também podem intervir, sem direito a voto, sempre que solicitados pela Mesa, ou qualquer membro, ou com a anuência do Presidente da Câmara*).” Solicitou ao Senhor Vereador que interviesse para prestar esclarecimentos sobre a dúvida. ***

____ O Membro Dr. João Campos interveio para dizer que não havia nenhuma objecção a que o Senhor Vereador falasse, mas queria esclarecer que lhe deu a sensação que foi o Vereador que se inscreveu e que em termos do Regimento teria de ser por solicitação de alguém, e que não teria sido isso que aconteceu.

____ O Membro Professor José António pediu a palavra para esclarecer que em relação à questão da confusão entre activo e passivo, que tinha efectivamente falado de activo e de passivo, mas que o Senhor Presidente só tinha falado de passivo. Que não confundiu nada, que

falou da questão da avaliação da riqueza, e que esta avaliação se via por estes dois pontos, passivo e activo.***

____ O Senhor Presidente deu a palavra ao Vereador Dr. Paulo Teixeira que começou por esclarecer que tinha sido dito, que havia mais de dois milhões de dívida escondida na gaveta, e que exigia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fizesse uma diligência junto do Chefe de Divisão da Administração Geral, para se saber qual tinha sido o membro do Executivo que liderou durante doze anos que mandou esconder facturas na gaveta. Disse que era inadmissível o que tinha sido dito porque uma grande parte dos fornecedores das Câmaras Municipais são sociedades anónimas e que eram obrigados anualmente à circularização de contas correntes com os auditores. Que os valores que constavam dos documentos não eram por falta de execução da receita. Que bastava ver as contas e quanto estava reflectido, de quanto ainda faltava receber da Biblioteca Municipal, do sintético do Campo Municipal da Boavista. Que a Dr^a. Fátima Strecht, se tinha insurgido quando ele queria falar, e que ela tinha sido advogada do processo 14/96 referente à ocupação de um terreno pela Câmara Municipal no tempo do Dr. Antero Gaspar em 1993, em que os proprietários puseram uma acção em Tribunal em 1996 à Câmara Municipal, e que o FEF esteve cativo em cento e cinquenta e cinco mil euros em 2007 e 2008. Terminou referindo que a dívida do mandato anterior também reflectia coisas da gestão socialista de outras situações que ocorreram e que já o tinha dito em reunião de Câmara.***

____ Pediu a palavra o Membro Dr^a. Fátima Strecht para defesa da honra e esclareceu que o Senhor Vereador Dr. Paulo Teixeira disse que ela se tinha insurgido quando ele pediu a palavra. Afirmou que se insurgiu e continuava revoltada porque viu quando o senhor Vereador Paulo Teixeira pediu para intervir, e o Senhor Presidente da Mesa apontou que ele queria falar e que ele se tinha inscrito antes de ter sido solicitado por quem quer que fosse. ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho que começou por referir-se às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Sardoura sobre as dívidas e que se estava a falar de oito milhões e setecentos e cinquenta mil euros, de dívidas da gestão que ele sempre

apoiou sem nenhuma discussão. E que as consequências da gestão que colocou esta entidade, numa situação que vai dar que falar e muita dor de cabeça, durante os próximos anos, e que não seria só neste mandato, mas também nos próximos. Relativamente à intervenção do Dr. Rocha Pereira referiu que não compreendia o sentido de voto, e se faltavam elementos, só teria que os exigir. Que tinha sido apresentada uma documentação para ser apreciada e debatida e que a falta de elementos não era argumento justificativo para a abstenção assim como também o facto de não ter tido responsabilidades na Autarquia. Relativamente à intervenção do Senhor Professor José António, disse que se surpreendeu com a mesma, e que supostamente vinha dizer que faltava um documento do imobilizado, ou do património, ou do activo, mas que nos anos anteriores nada constava sobre este assunto no relatório de gestão e contas. Que pela primeira vez tinham uma certificação legal das contas por um Revisor Oficial de Contas, onde consta o seguinte parecer: *“Em nossa opinião excepto quanto aos efeitos que deveriam revelar-se necessários e caso não existissem as limitações escritas no parágrafo sétimo, e quanto às situações descritas no parágrafo oitavo, as demonstrações financeiras apresentadas estão aqui de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes. A posição financeira do Município de Castelo de Paiva em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em que estão em conformidade com o POCAL.”* Afirmou que era com base neste parecer que ia votar. Quanto à intervenção do Senhor Professor José António, referente ao activo disse que o passivo era dezasseis vírgula seis milhões de euros, que eram precisos para isto estar a zeros, que foi reconhecido em 31 de Dezembro, e perguntou, se tivessem recebido receitas de dez milhões de euros por ano, estavam a falar de cento e vinte milhões, com mais estes vinte milhões de euros que faltavam, estavam a falar de cento e quarenta milhões, onde estava a obra, e onde estava o activo que justifique tudo. Se juntassem esses milhões de euros que vieram da Administração Central, mais os que foram recebidos por este Município, Castelo de Paiva deveria estar muito melhor. Para terminar disse que as contas apresentadas este ano,

tal como estavam, tinham elementos novos, e linguagem diferente, que podiam aprovar-las, sem estarem de acordo com a gestão vergonhosa.***

— Usou da palavra o Professor Daniel, que solicitou que a sua intervenção ficasse registada em acta, a qual se transcreve na íntegra: “*Só de má fé é que se pode vir aqui dizer que não sabe onde pára a dívida em Castelo de Paiva. Ouvi aqui expressões a dizer que é uma dívida diabólica, monstruosa. Diabolizar tudo o que foi feito durante doze anos. Concordo com o que foi aqui dito por alguns que com esta prestação de contas é um ciclo que se encerra doze anos de gestão do PSD. De facto em 8 de Janeiro de 1998, foi quando tomou posse o Executivo do PSD. Vamos reflectir onde é que está a dívida. Eu vou ajudar. Só se não conhecerem o Concelho é que não sabem onde é que ela anda. Vamos ver então como é que este executivo do PS o que é que encontrou nesta Câmara e o que é que o executivo PSD há doze anos atrás encontrou na Câmara. É preciso lembrar porque alguns estão esquecidos. Felizmente é o terceiro mandato que estou aqui nesta Assembleia, e algumas coisas recordo-me, outras foram-me transmitidas e queria partilhá-las convosco. É que tem passado aqui uma imagem que esta dívida que existe na Câmara não tem sentido. De facto desapareceu, até hoje se disse que há facturas escondidas. Realmente ouvir este tipo de disco é lamentável. Pergunto-vos por exemplo, se é que já não se recordam, se sabiam como era o edifício dos Paços do Concelho? As condições em que trabalhavam aqui os funcionários desta Câmara? Como eram os gabinetes dos Vereadores? Onde é que estava o nosso arquivo? A história de Castelo de Paiva e desta Câmara onde é que ela estava? Dois dias passados na entrada do executivo PSD, tiveram que chamar a protecção civil, os bombeiros para verificar as instalações, e de facto viram que havia risco iminente de incêndio nesta Câmara. Os trabalhadores não tinham sequer onde tomar um café. O arquivo, um estava no sótão onde havia porcaria de pombas, e fios eléctricos descarnados e outro espalhado por esta escadaria abaixo, há fotografias disto tudo, está documentado. Foi preciso investir? Claro que sim. Eu não sei o valor exacto de quanto é que isto custou. Pedia ao Executivo, se me souberem responder, e ao Vereador Paulo Teixeira, de quanto é que custou esta obra? Falou-se também aqui do pessoal. Eu pergunto*

concretamente, nos últimos dois meses de mandato deste executivo, aumentou ou não o valor com funcionários? Encontraram alguma ilegalidade como o PSD encontrou quando entrou para esta Câmara? Havia oito pessoas que trabalhavam cá e não recebiam. Porque tinha sido prometido que tratavam do assunto. Esse Executivo tratou do assunto? Legalizou a situação dessas pessoas? Claro que não sabem para onde foi a dívida, eu digo-vos. O executivo do PSD teve muitas dificuldades financeiras de facto. Não havia dinheiro. E sabem porquê? Porque todos os dias entravam nesta Câmara decisões dos Tribunais sobre expropriações. A Câmara Municipal de Castelo de Paiva independentemente de ser PSD, ou se fosse PS quanto teriam de pagar? E pagou o PSD mais de dois milhões de euros em expropriações. Tomaram-se deliberações em reuniões de Câmara e Assembleia sobre os valores que nunca deviam ter sido permitidos mas que os Tribunais condenaram a Câmara a pagar esses valores a proprietários. Podia referir aqui os valores todos mas vou poupar-lhos, porque passaram de dois milhões, se fizermos as contas todas. Para onde foi a dívida? Em 1998 o que é que havia de instrumentos para os funcionários desta Câmara trabalhar? Muita gente não se lembra mas tínhamos um autocarro em 1998. Só que já estava há muito tempo na sucata do Salvador Caetano. A Câmara foi intimidade para lá ir buscar a sucata. O executivo PSD nestes doze anos teve de comprar um autocarro, obviamente que era necessário quer para as nossas crianças, quer para os idosos, quer toda a população de Castelo de Paiva para poder usufruir dele. Falou-se aqui que as ruas estão sujas que isto é uma porcaria. Em 1998 quantos camiões tinha o nosso Município? Zero. Andavam há um ano a trabalhar para o Município sem terem recebido nada. Centenas de milhares de euros que o executivo de Paulo Teixeira teve de pagar e que nem estavam cabimentados. Não havia contratação. Eu não estava cá, mas há documentos que o comprovem. Claro que foi preciso investir, neste momento temos dois camiões do lixo. Há quem diga que até não chegam. A nível de máquinas o que é que havia no Município? Uma máquina de lagartas que estava na sucata, e estava no terreno de uma funcionária, mas este assunto não é para aqui chamado. Houve necessidade de investir, e adquiriu-se de imediato uma rectro, um tractor, um camião pequeno, um dumper, e o que já referi os camiões do

lixo, o autocarro. Como eram as condições das escolas em 1998? Recordam-se? Tem sido dito aqui que não se investiu nada em educação. Se calhar já é necessário reinvestir, mas durante doze anos foi investido muito em educação. As escolas, eu pelo menos lembro-me em Bairros, como eram aquelas condições, e como eram aquelas casas de banho, diríamos quase da idade média. Foi necessário investir, e foram muitas, com a ajuda das Juntas de Freguesia, que foram recuperadas, em Folgoso, Raiva, Santo Ildefonso, Cruz da Carreira, Vila Verde, Sobrado 1 e 2, S. Lourenço, Ladroeira, Nojões, o Senhor Presidente pelo menos isso não pode mentir. Sabe como era a escola no seu tempo? E sabe como é que ela ficou com o executivo de Paulo Teixeira. Sabe como era a pré-primária em Nojões? E depois como ela ficou? Foi para a escola do primeiro ciclo. Sabe as condições que elas tinham. É dívida? É sim senhor. Mas era urgente investir. E construíram-se pré-primárias de raiz. Temos a Cêpa inaugurada há pouco tempo. Também a pré-primária de Crava. Não sabem onde está a obra? Só se andarem distraídos. Isto é um documento interno da Câmara Municipal que diz. (Foi-nos solicitado o valor de obras, mandadas construir e executar pelo executivo anterior sem a respectiva cabimentação e sujeitas a ajuste directo. Têm aqui que são mais de oitenta e seis mil contos. Estão aqui neste documento interno, obras que foram mandadas executar antes de entrar Paulo Teixeira, e que depois ele teve de pagar. É dívida? É. Foi o executivo de Paulo Teixeira? Não. Foi uma herança. Claro que estas obras, muitas delas estavam a recair sobre as Juntas. Estavam a sufocar as Juntas. Paulo Teixeira teve de resolver o problema. Não podemos ter memória curta. É preciso lembrar estas coisas. E o Senhor Vice-Presidente, que também era Presidente de Junta, pode testemunhar por exemplo, o Caminho da Escola à Capela e outras que estavam nesta situação. O PSD em 1997 quando foi para a prestação de contas de 1997, não concordou com as contas e não as aprovou. Porque elas não eram reais. De facto para além do que havia no relatório, havia uma coisa espantosa. Nós hoje ouvimos dizer, e eu peço até ao executivo se é verdade, quais os valores, se não souberem o Senhor Vereador Paulo Teixeira porventura pode esclarecer, de dinheiros que temos de obras já realizadas. Em 1998 sabem o que é que herdaram? Havia uma variante que era para construir, parte do dinheiro já se tinha

ido buscar a Lisboa, já tinham sido gastos mais de trezentos mil euros, já tinha sido antecipado, e quando a obra foi a terreno já estava gasto. Extraordinária aquela gestão. Paulo Teixeira teve de pagar tudo isso. É dívida? Claro que é dívida. Para o actual Presidente da Câmara Municipal, quando fala de emprego diz muitas vezes: (O executivo anterior não fez o trabalho de casa). Afinal de contas a nível de emprego o que é que deixou o executivo de Paulo Teixeira? Ou melhor, o que é que ele encontrou? Encontrou uma Zona Industrial de Felgueiras por acabar, o executivo de Paulo Teixeira fez a segunda parte, acabou em 2006. Havia um projecto da Zona Industrial de Lavagueiras que teve de ser rectificado e depois executado. Havia, imaginem só e ainda dizem que foi uma gestão diabólica, uma terraplanagem, quando ele tomou posse, Paulo Teixeira, na Zona Industrial de Carreiros, que foram lá gastos mais de cento e cinquenta mil euros, do erário público em terrenos privados. Vejam só como era a gestão e como Paulo Teixeira herdou a Câmara. A terraplanagem de Ourais para outra empresa não se sabe de onde, foi gasto o dinheiro, e Paulo Teixeira teria de resolver o problema. Portanto, vejamos aqui estas zonas industriais fantasmas. O PSD por sua vez acabou as infraestruturas da Zona Industrial de Felgueiras, e aumentou-as. Conclui a Zona Industrial de Lavagueiras. Deixou o projecto pronto que vai entrar agora, a Zona Industrial da Cruz da Carreira. Falou-se aqui no CACE, assim uma coisa por alto na altura do encerramento da Clarck's como se viesse um governante aqui dizer "vocês fiquem lá com o CACE". O CACE do Vale do Sousa e Baixo Tâmega e porquê? Paulo Teixeira teve persuasão. Neste momento está a servir de tecto a muitos trabalhadores em Castelo de Paiva. Se ele não tivesse tido este poder de persuasão, certamente estas empresas não estavam cá. Paulo Teixeira conseguiu atrair outros investimentos. Vejamos a Nautilus. Quando já não há quase investimento nenhum a nível empresarial, Castelo de Paiva teve uma empresa a iniciar as suas funções há pouco tempo. A Glovar, infelizmente todos sabemos como está a situação, e a Ilpe Ibérica também, mas foi com a persuasão de Paulo Teixeira que durante doze anos trabalharam neste Município. Só para recordar, a BRADCO que já se falou aqui que é uma empresa de excelência, não era para vir para aqui para Castelo de Paiva. Mas para termos cá empresas não basta termos só infraestruturas, as vias

*são importantes, e sabemos como o governo muitas vezes nos tem cortado as pernas a esse nível, e actualmente é preciso persuasão. É preciso visão política. Esperemos que o actual executivo consiga continuar esta obra. Não diabolizemos tudo o que foi feito no passado como querem tentar fazê-lo. O Senhor Presidente na última reunião de Câmara, disse que foi obrigado a pagar, ou vai ser obrigado a pagar agora, uma dívida já do tempo do Dr. Antero Gaspar. Eu gostava de lhe perguntar, que dívida é essa? E a quem é que se refere? Porquê só paga agora? Parece que de um momento para o outro o Dr. Gonçalo Rocha foi buscar milhões de dívidas de dentro da gaveta. Há processos em Tribunais e porquê? Porque é que existem esses processos em tribunal de dívidas por pagar? E senão souber responder eu pedia a ajuda do Dr. Paulo Teixeira para elucidar. Se calhar poupou dinheiro ao Município com esses processos. Foi aqui dito que o Dr. Gonçalo Rocha em resposta ao Membro José António, que gostava de saber como é que se resolve o problema do desequilíbrio entre receitas e despesas. Eu pergunto, foi para o Município e não tinha ideias ou soluções para resolver isto? Foi Vereador durante quantos anos? Prometeu soluções milagrosas aos paivenses, e agora pergunta, gostava de saber? É preocupante que afirme isso desta forma. Em 1998, notícia de jornal, do JN, e estamos a falar de contos, e a dívida era na ordem de um milhão de contos, e nessa altura entrevistaram o Dr. Gouveia Coelho que disse ao JN em 23 de Junho de 1998. Vou citar: "O Executivo laranja pensava que (na Auditoria) ia encontrar dívidas fora do normal e encontrou as dívidas que todas as Câmaras têm. Digam ao povo de Castelo de Paiva que as grandes obras que foram feitas ultimamente, não deveriam ter sido realizadas, pois assim não devíamos dinheiro nenhum." ****

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho para se referir ao activo deixado na gestão do PS. Quinta do Pinheiro, Ilha do Castelo, Escola de Música, Juntas de Freguesia, Via rápida já executada num troço, ligação de Vila Verde a Sardoura, Estrada de Guivães à Fontela, Bairros Sociais, Tapado encravado, Saneamento, Auditório, Tribunal Novo, e que em 1997 a dívida era aproximadamente de um milhão de contos, que era a dívida de médio e longo prazo. E digo-lhe a dívida a curto prazo, cento e oitenta milhões de escudos. ***

____ Usou da palavra o Membro Senhor Alfredo Gonçalves para questionar sobre o relatório de gestão do que estava referido na página quinze que o aumento da despesa paga em cerca de seiscentos e setenta e sete mil euros na rubrica de outras despesas de capital foi motivado pelas sentenças de três acções judiciais contra o Município de Castelo de Paiva, e que gostaria de saber a que empresas ou entidades se referiam as três acções judiciais, quais os valores envolvidos em cada uma delas, e quantas e quais acções judiciais ou litígios em curso contra o Município de Castelo de Paiva. Questionou também sobre o incumprimento previsto na nova Lei das Finanças Locais por parte do Município de Castelo de Paiva, e como não se tinha verificado a redução de pelo menos dez por cento do montante em que se excede o limite do endividamento líquido de 2008, e como a Câmara, poderá ser penalizada com a redução das transferências orçamentais com vista à reposição do correspondente excesso de endividamento, perguntou se o Senhor Presidente da Câmara já tinha avaliado estas consequências em termos financeiros. Questionou também o Vereador Paulo Teixeira sobre o Equilíbrio Orçamental efectivo, em que a evolução da despesa ao longo do quadriénio 2006-2009, não tinha sido acompanhada na mesma proporção pela evolução da receita. Que a partir de 2006 verificou-se um decréscimo da receita total e um aumento acentuado da despesa, que passou de nove milhões em 2006, para dezassete milhões em 2009, e que entre estes referidos anos aquele comportamento teve implicações no saldo orçamental global efectivo cuja evolução ao longo daqueles anos tinha vindo a agravar-se em função dos desvios verificados entre a receita e a despesa, mais visível no ano de 2009, pelo défice orçamental de um milhão de euros verificado entre a receita e a despesa corrente.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para se referir à intervenção do Senhor Vereador Paulo Teixeira relativamente à questão do relatório que ele tinha encomendado e que dizia o seguinte: “*Existe por parte do Município de Castelo de Paiva um incumprimento generalizado e sistemático do princípio da especialização de exercícios com alguns reflexos ao nível da fiabilidade das demonstrações financeiras, incluindo a não relevação do passivo já assumido.*” Disse

que era uma das conclusões e não estavam assumidas em termos de contabilidade. Que relativamente ao processo da Construtora da Huíla havia uma dívida para pagar de juros de mora, na ordem dos duzentos mil euros, mas que iria apurar o que se tinha passado nestes doze anos para se chegar a este ponto. Relativamente às questões abordadas pelo Professor Daniel sobre as obras e os melhoramentos nas escolas, assim como do abandono dos equipamentos municipais, disse que até o convidava para que visse os valores que pagaram pelos melhoramentos e os valores que serão necessários gastar para recuperar os equipamentos municipais, como era o caso do Mercado Municipal, a piscina de aprendizagem, a piscina do Castelo, e que também lhe mostrava, o parque de máquinas da Câmara, e as admissões de pessoal. Que relativamente aos processos e que constavam na página onze e que estavam no anexo às demonstrações financeiras diziam respeito à Jaime Queirós e Ribeiro Limitada, que era um processo judicial e a Câmara teve de pagar quinhentos e vinte e sete mil euros, às Construções Edgar Miller o valor de cento e vinte mil euros, e à Empresa António Pinto Santana rondava os vinte e nove mil setecentos e cinco euros. Informou também que existiam nove processos a decorrer nos Tribunais e que a importância a pagar será entre cinco a seis milhões de euros. Que relativamente à penalização por causa dos dez por cento, por se ter ultrapassado o endividamento líquido era uma situação gravíssima e que se teria de fazer uma reestruturação da dívida. ***

____ Usou da palavra o Membro Professor Daniel para esclarecer o Senhor Presidente relativamente ao Processo da Huíla, pois teria em sua posse um documento do Tribunal Judicial de Castelo de Paiva em que analisou estes processos de multas contratuais não aplicadas aos empreiteiros onde era referido a construção da piscina ribeirinha do Castelo no valor de três mil novecentos e noventa e sete contos, e que os factos analisados consubstanciavam uma irregularidade financeira pela falta de arrecadação da receita municipal. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira que referiu que quanto ao sentido de voto, não admitia que alguém o condicionasse, e tinha o maior respeito por quem votava de forma diferente da dele. Que apesar de não se rever no orçamento e na gestão que foi implementada

não iria inviabilizar as contas. Colocou outra questão referente à finalização dos relatórios das auditorias e quando isso acontecesse que não houvesse suspeições quanto à idoneidade das pessoas, porque todos têm direito ao seu bom nome, e que dizer-se que uma pessoa é tecnicamente incompetente, ou fez opções políticas erradas em termos de gestão, era uma coisa, outra, era permitir que houvesse suspeição no que dissesse respeito à gestão dos dinheiros, e que isto deveria ser ultrapassado por todos. ***

— Usou da palavra o Senhor Vereador Paulo Teixeira para responder às questões que lhe foram colocadas. Quanto ao membro Dr. Gouveia Coelho referiu que o mesmo teria dito, solicitou que os termos ficassem registados em acta: "...gastou-se mal e não se sabe aonde..." "...houve uma gestão danosa..." "...depois de Junho, e depois de haver uma auditoria, depois do PREDE ter sido aprovado, não se sabe onde se gastaram quatro milhões de euros de Junho a Dezembro...". Respondeu que constavam nas actas da Assembleia os valores que se teve de tirar porque o Tribunal de Contas não permitia que determinada dívida ficasse, que não era obra nova que se tivesse feito de Junho a Dezembro, mas que eram valores que tinham sido aprovados por esta Assembleia. Quanto à questão colocada pelo Membro Alfredo Gonçalves sobre os dez por cento, a diferença entre as receitas e as despesas correntes disse que deveriam consultar o anuário financeiro dos Municípios, e verem a comparação de 2006, 2007, e 2008, e que não havia um único Município neste país, que não viesse lá referenciado sobre o motivo da diminuição das receitas. Esclareceu ainda sobre os processos em Tribunal, nomeadamente o que respeitava à firma António Santana, referente à adjudicação do auditório, que tinha havido um erro administrativo, e que o Tribunal de Contas tinha obrigado a retirar a empreitada àquele empreiteiro, e tiveram de fazer um novo procedimento. Disse ainda que quando fizeram novo concurso público não foi a mesma empresa que ganhou, mas sim outra, a empresa Maranhão, e quando isso aconteceu, aquele empreiteiro meteu uma acção em Tribunal à Câmara Municipal presidida pelo Professor Joaquim Quintas, e veio a ser decidida agora nos anos seguintes. ***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, que relativamente às previsões que tinham sido referidas, e que se reportavam aos processos judiciais que tinham o valor aproximado de oitocentos mil euros, tinham ver com as regras do POCAL, com a questão da prudência contabilística que deveria existir e da probabilidade do risco em função daquilo que era a informação dos advogados, mas que a totalidade dos valores da acção que eram pedidos à Câmara Municipal, cifravam-se em cinco milhões duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e noventa e nove euros. Quanto à questão dos concursos, as obras já tinham sido adjudicadas e que numa delas conseguiu-se incluir o saneamento e a água e reduziu-se para metade do preço proposto. ***

_____ A pedido dos grupos parlamentares o Senhor Presidente da Mesa, concedeu um intervalo de dois minutos, para que os mesmos pudessem reunir antes da votação do ponto em discussão. ***

_____ Reiniciaram-se os trabalhos e o Senhor Presidente da Mesa colocou de imediato à votação os Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2009. ***

_____ A Assembleia Municipal aprovou, por maioria com dezoito abstenções e doze votos a favor, os Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2009. ***

_____ Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo grupo parlamentar do Partido Socialista pelo Membro Professora Giselda Neves, que se traduz na íntegra: “- *Declaração de voto do Grupo parlamentar do PS.*” “*A política seguida nos últimos anos consistiu na elaboração e apresentação de orçamentos desequilibrados, de receita fantasiosa e sobreavaliada, com valores empolados para o triplo da realidade, com pleno conhecimento de que a capacidade do Município era insuficiente e inconsistente para gerar e arrecadar tais montantes, violando de forma sistemática, continuada e consciente o princípio do equilíbrio orçamental, o princípio da especificação da receita, o princípio da prudência, as regras previsionais, etc., etc. Ano após ano, a maioria PSD liderada por Paulo Teixeira repetiu e persistiu em tais ilegalidades, numa política orçamental e contabilística irresponsável e enganosa, escondendo e escamoteando a verdade, quer à oposição quer aos paivenses, refutando com cinismo e*

leviandade as denúncias e recomendações sérias que sobre tal eram feitas nas reuniões da Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e na praça pública. Dessa política falaciosa resultou, ao longo dos anos, taxas de execução orçamental e das opções do plano de valor muito reduzido, e, mais grave, o endividamento progressivo do Município, com acumular de dívidas com duração superior a dez anos. Em cada dia que passa, o cálculo do valor da dívida do Município deixada pela gestão do PSD de Paulo Teixeira não pára de aumentar. Nesta análise da elaboração da Conta de Gerência de 2009, de forma preliminar, pode já afirmar-se que a dívida global do Município se situa em 16 585 656,44€, que, com certeza, irá disparar para outros valores mais elevados no apuramento final da Auditoria Financeira, em fase de conclusão. A dívida do Município é quase o triplo do máximo permitido por lei. Como isto foi possível? Como se acumulou esta dívida? A Câmara sempre gastou muito mais do que dispunha, e as consequências que daí resultam têm, como se demonstrou, total repercussão no presente, e vai tê-la também nos anos vindouros, hipotecando decisiva e irreversivelmente o futuro do Município. A situação actual do Município, transmitida pela maioria PSD, é de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira, que já há muito tempo justificava que como tal fosse declarada, com a consequente implementação de plano e contrato de reequilíbrio financeiro. A ausência dessa decisão, pela mesma maioria que (des)governou o Município durante doze anos, só se poderá entender como intencional para driblar eventuais riscos político-eleitorais, fixada apenas nas medidas impopulares que lhe estariam subjacentes, permitindo-se desse modo impulsionar o agravamento continuado da situação. O pagamento de parte das dívidas mais antigas da autarquia (algumas com dez anos), com recurso ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que o anterior Presidente da Câmara veio anunciar, bem próximo das eleições, nada mais foi que transferir essas dívidas de uns para outros credores, mantendo-se exactamente o seu montante. Não confessou então que, por não ter cumprido as obrigações de bom pagador, causou um enorme prejuízo ao Município com os juros que se acumularam ao longo dos anos, e com aqueles que vão ser cobrados nos anos futuros com os empréstimos contraídos. E também não esclareceu os paivenses que tais pagamentos foram feitos com dinheiro emprestado, que teremos de devolver, com juros, nos anos próximos, que esgotaram (ultrapassaram) a

capacidade de endividamento do Município. Dinheiro que obteve através de dois empréstimos de 8 milhões e 750 mil euros, um deles da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, com o valor de 3 milhões e meio de euros, e o outro, do Millennium BCP, no valor de 5 milhões e 250 mil euros. A situação em que se encontram as finanças municipais é de tal modo calamitosa que actual Câmara está impedida e manietada de desenvolver o seu programa que os paivenses sufragaram nas urnas, obrigada que está a enfrentar e resolver os compromissos assumidos e não pagos (débitos e outras despesas cabimentadas), com projectos e acções transitados de anos anteriores, a que acresce o montante de outros débitos, os encargos a satisfazer com os passivos financeiros (juros e amortizações de empréstimos), a inevitabilidade das despesas certas e permanentes e imprescindíveis ao funcionamento dos Serviços, e a realização dos projectos financiados pelos Fundos Comunitários. O Executivo anterior acumulou dívidas com a maioria das Juntas de Freguesias, relativas a verbas que para estas deveria ter transferido nos dois últimos anos, procedimento este que, para além de evidenciar uma manifesta desigualdade de tratamento para com as freguesias, colocou as Juntas em grande dificuldade financeira, e pôs em risco durante dois anos o funcionamento das escolas e a limpeza pública do concelho, o que só foi evitado graças ao esforço e ao sentido de responsabilidade dos autarcas das freguesias credoras. O património municipal encontra-se profundamente degradado por falta de obras de conservação e pelo abandono de sucessivos anos. A maioria das infra-estruturas, estradas, espaços públicos, edifícios e equipamentos, atingiu uma situação de decadência, alguns destes com sérios problemas de segurança, chegando-se à eminentia do encerramento compulsivo pelas entidades competentes. É quase inexistente o equipamento operativo necessário ao funcionamento dos Serviços, sobretudo para a realização de obras de conservação e reparação por administração directa, encontrando-se o parque de máquinas e viaturas quase deserto, e, as poucas unidades existentes, são vetustas, inaptas e de dispendiosa manutenção, quando, em contrapartida, se gastaram somas elevadas em estudos e projectos para equipamentos que não têm qualquer prioridade, e cuja construção não tem possibilidade de avançar a médio prazo. Apreciados os documentos apresentados e feita esta ligeira e sucinta apreciação, concluímos: A gestão municipal relativa ao ano de 2009, e, por consequência, dos anos anteriores -

*todos da responsabilidade do PSD, não pode deixar de merecer, mais uma vez, a nossa clara e inequívoca reprovação, o nosso retumbante "chumbo", pelas razões atrás aduzidas. Os documentos de prestação de contas, pela forma como tecnicamente são apresentados, pelo total grau de transparência que patenteiam - o que nunca antes aconteceu - merecem a nossa aprovação.” ****

— Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para referir que a abstenção da sua bancada consubstanciava-se nas intervenções que tinham feito. Referiu ainda que achavam importante, que tivessem sido corrigidos a questão dos activos que foi referido, que é uma questão de procedimentos administrativos, portanto do funcionamento dos serviços. Que tinha sido referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Real que haveria duplicação de verbas referente a uma dívida que estava em nome da Junta de Freguesia, e que a Câmara supostamente deveria às Juntas de Freguesia e aos fornecedores simultaneamente, que era um ponto que deveria ser alertado e por isso apresentaram a rejeição. ***

— O Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada o período da ordem do dia. ***

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ***

— O Senhor Manuel Moreira da Rocha interveio referindo que tinha enviado um ofício à Câmara Municipal, e que ainda não tinha obtido resposta ao mesmo referente a um terreno que cedeu junto à Capela de Sá, e que ainda não tinham feito os muros e repostas as videiras, nem tão pouco tinham contactado com a Junta de Freguesia. Que já tinha falado com o Senhor Presidente, e que já tinham lá estado o Senhor Vice-Presidente e o Encarregado das obras, e disseram que estava mau tempo e que não se podia fazer nada, que tinham umas manilhas para lá colocarem no caminho, mas levaram-nas para outro lado. Disse que gostaria de ter uma resposta ao ofício enviado à Câmara em doze de Fevereiro deste ano. ***

— O Senhor Presidente da Câmara respondeu que se recordava de ter falado com aquele Senhor em Gondarém, e que efectivamente lhe tinha colocada aquela questão, e que a mesma estava a ser tratada pelos serviços e teria a tramitação normal como todos os outros, e que logo que tivesse condições de lhe dar uma resposta, iria dar, mas que se tivesse oportunidade de poder vir às terças-feiras,

procuraríamos junto dos serviços esclarecer como se encontrava o processo. ***

____ O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o Período de Intervenção do Públíco. ***

_____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 21.25 horas, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

____ E eu Assistente Técnico da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***

O Presidente, _____

O 1.º Secretário, _____

O 2.º Secretário,